

# DESAPARECIDOS E DIREITOS HUMANOS. ENTRE UM DRAMA NACIONAL E UM DILEMA UNIVERSAL

---

*Ludmila da Silva Catela\**

## INTRODUÇÃO

Pesquisar, analisar, escrever sobre questões relativas aos direitos humanos, a partir da Antropologia coloca em tensão os princípios que regulam o trabalho de campo, os limites da intervenção do antropólogo em espaços onde as situações-limite, ausências, dramas perpassam o cotidiano das entrevistas, das demandas, das identidades construídas em relação ao outro.

Ao ler pela primeira vez *L'expérience concentrationnaire. Essai sur le maintien de l'identité sociale*, de Michael Pollak, o texto desencadeou em mim uma série de questionamentos sobre o problema dos direitos humanos na Argentina, ligando de forma direta essa categoria aos desaparecidos políticos. Até esse momento, o tema pertencia a um mundo de horrores inexplicáveis acontecidos na Argentina dos anos 70, no qual eu havia tido uma experiência de prisão na família, mas nunca me envolvera como militante. Penetrar nas vidas das mulheres sobreviventes da *Shoa*, retratadas por Pollak, despertou lembranças do drama argentino, mas sobretudo permitiu que me distanciasse e pudesse pensar a questão da violência política e da violação aos direitos humanos em termos de um problema antropológico.

---

\* Universidade Federal do Rio de Janeiro. catela@ar.net.com.

Somando a essa visão os registros analíticos de Elias (1989a; 1998) e Bourdieu (1998), indaguei-me por que, numa sociedade onde as Forças Armadas fizeram desaparecer 30 mil<sup>1</sup> cidadãos, não se colocava socialmente a vingança como estratégia. Por que, diante da ação violenta de agentes que tinham tomado as rédeas do Estado, que matavam, torturavam e faziam desaparecer aqueles que enquadravam na categoria de “inimigo”, destituindo-os de todas as características humanas, a resposta dos diretamente afetados foi, ora num silêncio defensivo, ora por negação estratégica, a ação política, a organização de grupos, o protesto, a denúncia, a demanda por verdade e justiça?

Essas perguntas me levaram a tentar tornar compreensível por que e como os indivíduos dão conta de situações extremas, que parecem desmembrar toda a ordem do mundo cotidiano, cultural, político e religioso em que estão imersos, em que foram socializados, onde aprenderam a se mover, a se relacionar, a viver.

O caso dos desaparecidos políticos da Argentina apresenta estas características, permitindo pensar a configuração de formas de regulação da vida social durante ações de violência política e os modos de fazer política e produzir espaços de reivindicação de direitos humanos na sociedade argentina contemporânea.

Este trabalho tem como objetivo analisar como a categoria “desaparecido”, central na conformação das representações sobre os direitos humanos na Argentina, é construída, reconfigurada, delimitada e disputada, tendo como substrato de sua configuração a eficácia dos laços primordiais e a negação da morte. A des-construção desta categoria será mapeada a partir de dois níveis diferentes: os testemunhos ligados a memórias-vividas e as formas de representação por meio de fotos, imagens e leis, suportes fundamentais para a definição do que significa o desaparecimento.

Se o “problema dos desaparecidos” absorve e concentra o núcleo do que nesse país se considera “direitos humanos”, a análise desta categoria se torna um objeto estratégico para

pensar de modo amplo a historicidade e o arbitrário da noção de direitos humanos como questão universal da modernidade.

## **O CAMPO DOS *ORGANISMOS* E A PRODUÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS COMO PROBLEMA SOCIAL**

A partir de 1975, e depois, durante a ditadura, uma série de organismos foram ativados ou nasceram vinculados a uma ação contra a violência política e os seqüestros. Para além de suas diferenças internas, observa-se que todos esses organismos formam atualmente o centro daquilo que na Argentina se considera como “movimento pelos direitos humanos”.

Se realizarmos um recorte histórico, temos, de um lado, instituições que foram criadas previamente à ditadura, tais como a Liga Argentina por los Derechos Humanos, nascida na década de 30 como um espaço de defesa contra as perseguições ao Partido Comunista, o Servicio de Paz y Justicia, fundado em 1974 por Adolfo Pérez Esquivel, que era o coordenador geral para toda a América Latina, e a Asamblea Permanente por los Derechos Humanos (APDH), fundada em dezembro de 1975, no contexto da violência instaurada pela Tríplice A (Aliança Anticomunista Argentina). Nessa época (1976) também nasceu o Movimiento Ecueménico por los Derechos Humanos (MEDH), única organização formada por integrantes do campo religioso argentino. A função destes organismos depois do golpe esteve geralmente circunscrita a ações jurídicas. Como se pode observar, todas estas instituições levam nomes que representam valores gerais e universais. Em nenhuma delas se percebe um recorte grupal ou de geração. A única unidade entre elas está delimitada pela categoria *dereitos humanos*. A partir de suas denominações, pode-se perce-

ber que potencialmente são destinados a “todos”, sem distinguir épocas, situações ou laços de pertencimento.

Já nos tempos da ditadura começam a se conformar novas organizações. *Familiares de Desaparecidos y Detenidos por Razones Políticas* (1976) cria sua sede em abril de 1977 (até então utilizava como espaço de reunião a APDH). Desse âmbito partiram as primeiras mulheres que decidiram se manifestar na Praça de Maio, centro físico e simbólico da vida política argentina, criando depois as organizações *Madres de Plaza de Mayo* (abril de 1977) e *Abuelas de Plaza de Mayo* (outubro de 1977). Em 1979, foi criado o Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS), um desmembramento da APDH, que atuou prioritariamente como apoio legal e centro de documentação de denúncias. Em 1986, as Madres de Plaza de Mayo se dividiram em dois grupos, um deles passando a chamar-se Madres de Plaza de Mayo-Línea Fundadora. Vinte anos depois do golpe, em 1995, foi criada HIJOS, que reúne filhos de desaparecidos, ex-presos políticos e exilados. Por fim, surgiu a recém-inaugurada HERMANOS (1999), que agrupa irmãos de crianças subtraídas, “*apropiadas*”.<sup>2</sup>

O que caracteriza todos os grupos criados nos diversos “tempos de repressão” é sua autodefinição como organizações de direitos humanos.<sup>3</sup> Mas, à diferença do primeiro conjunto, os organismos que foram criados durante e depois da ditadura compartilham formas de denominação baseadas em categorias de *laços primordiais*.<sup>4</sup> Este inventário de organismos de direitos humanos é uma introdução, bem como uma exposição dos espaços mais visíveis de uma série de intermediações que, ao longo desse período, compõem o campo e definem o problema geral dos direitos humanos na Argentina.

A valoração diferencial dos organismos orienta e hierarquiza a produção do problema dos direitos humanos. Assim, podemos afirmar que hoje a categoria “direitos humanos” na Argentina está ligada diretamente ao “problema dos desaparecidos”. A partir deste drama nacional, ela se estendeu, foi reformulada, criou secretarias de Estado, agentes especializados, áreas, formas, espaços de circulação e legitimidade. Hoje ela é associada rapidamente

a ações e agentes que ganharam autoridade na sociedade argentina para orientar os significados da categoria direitos humanos: Madres de Plaza de Mayo, Abuelas de Plaza de Mayo, Familiares, assim como os novos grupos que diante da violência policial absorvem os símbolos e a força destes movimentos.<sup>5</sup>

Estas atualizações, relacionadas com observações empíricas das últimas comemorações contra o aniversário do golpe,<sup>6</sup> permitem afirmar que, após mais de 20 anos do fim da ditadura militar, o problema dos desaparecidos atua como condensador dos direitos humanos. Nessa data todos os grupos que reivindicam direitos humanos usam a data para realizar suas denúncias e reivindicações.

A partir do já esboçado cabe indagar como é possível explicar esta constante atualização? Que razões explicam a monopolização do tema dos direitos humanos a partir do problema dos desaparecidos? Que significa “desaparecido político” nas dimensões mais abrangentes da cultura argentina na virada do século?

## **IMPUNIDADE E ESTRATÉGIAS DE AÇÃO**

Os diferentes contextos de impunidade, que vão desde o momento em que as vítimas são seqüestradas até as “leis de perdão”, como as anistias e indultos,<sup>7</sup> que impedem que se “castigue” os culpados, obrigam que a demanda por justiça crie novos canais para se expressar. Desta forma, os que são diretamente afetados elaboram, individual e coletivamente, por meio dos organismos de direitos humanos, uma série de práticas de intermediação para reconstruir uma realidade fraturada, cujo desenlace público é a denúncia da violação dos direitos humanos e a demanda por verdade.

Assim, diante da configuração de espaços de violência política des-civilizadora (ELIAS, 1998), como a que ocorreu na Argentina na década de 70, emergiram práticas iné-

ditas e velhas práticas reformuladas, cujo principal objetivo passou a ser a procura de informação sobre o destino das pessoas que desapareciam. Uma vez desgarrados pelo seqüestro, os familiares iniciaram ações a partir de um mundo conhecido (ministérios, *habeas corpus*, relações pessoais), em direção a um mundo desconhecido (clandestinidade das forças de segurança, humilhação, mentiras e negação de informação), que começaram a decifrar e a preencher de significados políticos e culturais.

O reconhecimento do problema comum levou à configuração de redes de interdependência onde a denuncia de violação dos direitos humanos passou a ser o fio de união das diferentes histórias que cada um levantava a partir do seqüestro dos familiares. Assim, a categoria direitos humanos conformou-se como um vasilhame receptor e continente, que permitiu unificar aquilo que os diferentes pertencimentos políticos, culturais e sociais dividiam.

A construção das identidades dos familiares de desaparecidos foi forjada em um processo que pode ser segmentado em dois momentos: um, de desintegração e desagregação dos contornos cotidianos a partir do seqüestro do familiar, e outro, de reação, de criação de referências culturais essenciais e de estratégias políticas eficazes, que configura um tempo que chamo de “reconstrução do mundo”.

Longe de se definirem por essências, as identidades e categorias sociais são construídas permanentemente com diversos materiais e representações. Estes, para assegurar sua transmissão intergeracional e societal, devem ser constantemente legitimados e manifestados na ordem do mundo.

Neste trabalho não se pretende resolver a historia do “problema dos desaparecidos” ou como ele é usado no campo dos direitos humanos, mas apenas avançar e refletir sobre a incessante transferência no tempo das ações de pessoas interessadas em tornar público este drama e transformá-lo no “verdadeiro” problema dos direitos humanos da Argentina. Esta formulação constitui a filigrana do texto: dentro do extenso catálogo de formas de expressão produzido a partir das experiências colhidas entre familiares de desaparecidos da ci-

dade de La Plata,<sup>8</sup> centrarei a atenção nas formas de conquistar territórios e produzir discursos e testemunhos com base no uso diversificado de objetos e imagens que representam o desaparecimento. Estas conquistas exprimem de modo marcante a constituição, composição e lutas em torno da construção de uma nova identidade: ser familiar de desaparecido. Busco dar relevo aos cenários e categorias que têm configurado novas moedas de intercâmbio para *fazer política* na sociedade argentina contemporânea, falando, usando e mantendo demandas em nome dos direitos humanos.

## **DESAPARECIMENTO E REPRESENTAÇÕES SOBRE A MORTE**

No quebra-cabeça que cada indivíduo precisou montar depois do seqüestro do familiar faltavam peças fundamentais. A volta à vida cotidiana, o retorno à escola, ao trabalho, permitiram acomodar as peças, se realocar, se posicionar. A busca de informações sobre o familiar seqüestrado pouco a pouco sintetizou-se em claras denúncias<sup>9</sup> da violação dos direitos humanos. As ações levadas a cabo foram as que permitiram mudar peças de lugar e começar a descobrir novos desenhos da realidade política e social em que estavam situados. No entanto, havia peças que não se encaixavam, às quais faltava o par. O quebra-cabeça não podia ser montado, o familiar seqüestrado não aparecia, sobre ele se tinha pouca ou nenhuma informação. Lentamente, começou-se a falar sobre estas pessoas como “desaparecidas”.

Entre a experiência traumática do seqüestro de um ser próximo e a resposta consciente que o define como desaparecido existe um tempo de formação ou de revelação desta categoria. Tanto a relação específica do familiar com a vivência do seqüestro quanto este tempo fazem da categoria desaparecido uma noção diferenciada, polissêmica, que passa a conjugar um sistema de práticas e crenças construídas sobre o pano de fundo dos direitos humanos.

A figura do desaparecido interessa como provedora de material específico para a conformação de um sistema simbólico, onde predominam elementos tradicionalmente associados aos rituais de morte. No entanto, como categoria construída e desconstruída, com ritmos e espaços históricos e sociais, ela só pode ser compreendida como um princípio de oposição às idéias de morte. Em vez de marcar e facilitar a passagem do mundo dos “vivos” ao mundo dos “mortos”, os rituais colocados em cena para dar conta do desaparecimento de um indivíduo transformam a ausência do *corpo* em um capital de força política e cultural que se expressa sob o registro da denúncia.

Que significa ter um familiar desaparecido? Como é construída esta nova categoria de pessoa? Com quais referentes e fronteiras? Quais são os ritmos, os tons, as sensações em relação à vida depois do seqüestro de um familiar?

Os desaparecimentos aconteceram em um país onde, embora a violência tivesse passado a fazer parte das vivências cotidianas dos cidadãos, do discurso comum, assim como do argumento para justificar ações “de resposta” das mais variadas, ela não tinha-se generalizado de forma equivalente em todas as regiões do país, a ponto de transformar inteiramente o dia-a-dia das pessoas. Vivía-se em um estado de violência, mas não de guerra, tempo em que se concebe a possibilidade de uma morte antecipada como sacrifício por uma “pátria”. Desta forma, a morte continuava sendo representada como o final da passagem por um ciclo de vida: a vida individual mais segura e prolongada. A morte era associada ao ponto final de um processo natural.

O maior grau de pacificação interna nos estados nacionais influi nas formas de representar a morte no Ocidente<sup>10</sup> e leva a pensar numa morte “ideal”, como a que se dá no final da vida, na sala de um hospital branco, rodeada por nossos seres queridos. Nos processos “normais” de morte, onde existe um corpo para sepultar, o cemitério é o espaço que separa o mundo dos vivos do mundo dos “mortos”. É um espaço fundado em lógicas próprias, onde as marcas de parentesco, de filiação, de classe social, de pertencimento a grupos aparecem por todo lado como sinais de quem é a pessoa que está sepultada ali. De certo modo, a marca da sepultura funciona como um ope-

rador que “integra em uma estrutura meta-histórica o grupo social dissolvido pela morte” (FAETA, 1993), recria em um novo espaço as relações de parentesco, sociais e culturais rompidas pela morte. Com a falta do corpo, *locus* essencial dos rituais da morte, que espaços são recriados para dar conta desta ruptura? Onde é localizada a morte? Para onde é transportada a energia concentrada diante da sepultura de um filho, um pai, um irmão morto? Como são remontadas e construídas as classificações sobre a morte?

Se partirmos da idéia de que o desaparecimento impõe rituais “diferentes” daqueles usualmente configurados para as mortes, separaremos dois grandes níveis a serem trabalhados em relação às perguntas que foram feitas: um nível pessoal e um nível coletivo ou grupal, a partir dos quais os familiares de desaparecidos se posicionam, atuam, se inter-relacionam.

## TEMPOS E ESPAÇOS

A morte nos confronta com uma série de obrigações morais e de deveres particulares apreendidos ao longo da vida. Depois da morte de um ente querido, os familiares, os vizinhos, os amigos se solidarizam num grupo que deve expressar um comportamento diferenciado. Sejam quais forem seus sentimentos pessoais, diz Hertz (1917) em seu ensaio *Sobre a morte*, eles se verão obrigados, durante certo tempo, a manifestar dor, mudando a cor de suas vestes e modificando seu tipo de vida habitual.

Como fato social, a morte gera uma modificação no tempo e no espaço do grupo social afetado. Estas mudanças têm como referencial principal as obrigações, os comportamentos e os ritos religiosos ou seculares que, por um determinado período, provocam uma espécie de intensificação dos sentimentos, emoções e estados corporais. O tempo e o espaço se concentram e, como em uma espiral, se tornam profundos e intensos.

O desaparecimento provoca uma ação inversa à concentração de espaço-tempo requerida socialmente para enfrentar a morte. Os familiares de desaparecidos, por muitos anos, *esperam, buscam, abrem espaços*. Esperam a volta do ente querido vivo,

buscam pistas, informação precisa sobre o local, modo e data da morte, esperam o reconhecimento dos corpos e exigem respostas do Estado, exigem punições para os desaparecimentos. O desaparecimento pode ser pensado como uma *morte inconclusa* (CATELA, 1998, p. 57).

Cristina marca estes momentos e sentimentos ao relatar as reações vividas depois do seqüestro de seu marido:

Quando se llevaron a mi marido, yo no lo dimensioné para nada. Yo me acuerdo que vino mi hermano y me dijo: “No te preocupes. Seguro que son 15 días en averiguación de antecedentes”. Yo no me voy a olvidar la *sensación de enormidad* que me pareció que me dijeran 15 días (...), y hace 20 años. Lo que pasa es que fue una cosa muy paulatina, *una cuestión de espera*, y precisamente porque esperamos. Y digo esperamos por que creo que a muchos les pasó lo mismo. *Yo esperé más de 4 años con la idea de que volvía*. Cuando vinimos a vivir a esta casa, fue en el año 80; el desapareció el 10 de septiembre del 76 y yo me vine a vivir aquí en abril del 80, y recuerdo que pensé: “puede volver y no nos encuentra”, y ya iban a pasar 4 años. *El preciso momento en que me di cuenta que nunca más, no sé cuál fue, pero... de todos modos, como te decía, hoy no puedo hablar de muerte, no puedo hablar de muerte, no tolero que me digan viuda... Interiormente sé que está muerto, sé que soy viuda, pero no tolero que los demás me lo digan.*

A importância de manter os lugares conhecidos pelo familiar antes do seqüestro, ou de que a casa nunca fique sem ninguém, marca o ponto mais alto da “espera” constante. Muito além do desejável, a condição dos indivíduos passa a ser cercada por um trabalho coletivo de classificação (morto-vivo; viúva-esposa), que ao mesmo tempo condiciona e ajuda a resolver um insuportável estado de indefinições.

No momento do seqüestro os familiares buscavam respostas partindo de comportamentos conhecidos para poder entender o que estava se passando. Assim, dentro deste universo de relações entre os civis e as forças de segurança, os familiares apelavam à figura jurídica da “averiguação de antecedentes”. Este referencial servia para explicar por que levavam uma pessoa presa se não se tratava de um delinqüente, se não havia

“motivos normais”. Pouco a pouco, entre os que comungavam com as idéias militares e consideravam que eles estavam em guerra com a “guerrilha”, apareceu uma célebre e famosa frase, que afirmava “*si lo llevaron, por algo habrá sido*” (se o levaram, por alguma coisa foi).<sup>11</sup>

A detenção para averiguação de antecedentes se estendeu por tempos demasiadamente extensos (de 15 dias para quatro anos, para Cristina) nas palavras: seqüestro-detenção-desaparecimento. Era uma evidência que provocava diversas modificações na vida das pessoas.

Por um processo de identificação em cascata, os indivíduos que sofriam esta condição passaram a se organizar em grupos solidários. A categoria desaparecido foi a derivação de uma ação coletiva que lentamente ofereceu espaços e coisas compartilhadas, canais de comunicação, suportes de contenção, representações, enfim, a criação de identidades.

As pessoas reunidas por uma situação liminar não podiam ou não queriam falar de morte. Da mesma maneira, as categorias conhecidas e usadas para indicar as pessoas ligadas a um morto não eram simbolicamente eficazes. Não se tratava de viúvas nem de órfãos, já que isto não expressava a situação gerada pelo desaparecimento. Se consideramos a palavra viúva, por exemplo, pode-se notar como seu uso descontextualiza a situação que a levou a ser “mulher de desaparecido” e, principalmente, a exclui dos espaços de pertencimento construídos pelos familiares de desaparecidos. Estes indivíduos se afirmaram como filhos, mulheres, irmãos, pais de desaparecidos. As modificações na vida das pessoas, as mudanças foram acionando a criação de identidades diferenciadas que tornaram os laços primordiais<sup>12</sup> os referenciais mais fortes de identificação. A categoria desaparecido acarretou um sistema classificatório diferente, eficaz para as pessoas que se posicionavam em torno desta figura, tanto como forma de enunciação de um drama privado quanto na arena pública.

Este processo levou tempo e passou por muitas etapas de ajustes, disputas, idas e vindas em torno de um mesmo tema: a constituição, aceitação e uso da palavra desaparecido.

Durante vários anos, os familiares acreditaram que voltariam a ver com vida seu familiar. Poucos podem estabelecer um momento concreto, se este existiu, que marcou a afirmação: “está morto”. Não há referências temporais de um dia específico. Dificilmente poderia havê-las, já que em raras ocasiões a informação “total” sobre o momento e a causa da morte chegou aos familiares.

Desta forma, as referências temporais não estão delimitadas estritamente por um momento de dor, e sim associadas a eventos público-nacionais que marcam rupturas quanto à violência do Estado: a visita da Comissão Inter-americana de Direitos Humanos da OEA-, a descoberta da existência de Centros Clandestinos de Detenção, o achado e o reconhecimento das fossas de N.N., o relato de sobreviventes dos CCD, entre outros mais pontuais. Mas a referência mais forte está marcada pelo dia do retorno da democracia: 10 de dezembro de 1983, data que “casualmente” marca o dia internacional dos direitos humanos.

*Creo que desde que fui adolescente – cuando empezó la democracia, yo tenía 13 años – de alguna forma seguía esperando que toquen timbre y sean mis papás... Porque en esa etapa creo que no estaba muy consciente de que podían estar muertos. Para mí tenían que estar detenidos en algún lado. Aparte me imaginaba que les podrían haber lavado la cabeza, tipo película, que te imaginas que están en algún otro país, que le borraron toda la mente, tipo película. Me imaginaba eso. Y cuando volvió la democracia también pensé eso, por ahí están en otro país, no pueden volver y con la democracia pueden volver. Pero no (Katia – nome fictício para preservar identidade).*

*Y... yo creo que busqué a mi hijo hasta que subió Alfonsín. Si, yo nunca dejé de ir al Ministerio del Interior, nunca dejé de ir a Tribunales (...) Yo siempre dije que iba a tocar todas las puertas, y las toqué a todas. No de forma ladina, pero yo me levantaba a la mañana y tenía, necesitaba hacer algo por mi hijo (Delia).*

*El día que asumió Alfonsín fue un día de llanto desde que me levanté hasta que me acosté. En ese momento creía que los militares se habían ido. Y bueno, me abrió todas las expectativas. Yo no pensé que podía volver. A lo mejor tenía la*

*esperanza de que hubiera... sí, casi te diría que sí, tenía la esperanza de que hubiera algún campo de concentración en el que todavía algunos estuvieran vivos. Ahora te aclaro que no sé si era por mi marido o por cualquier desaparecido. Yo lo que quería, en ese momento, era que aparecieran desaparecidos. Porque cuando entras a trabajar a Familiares, entras porque tenés un desaparecido. Después el individuo desaparecido ya pasa a ser 30.000, por más que no desoigas la identidad del tuyo. Al contrario, yo la uso como blasón, el nombre, la militancia, pero son 30.000. Por eso, en ese momento, esperabas que hubiera “aparición con vida”, que era la consigna de las Madres. Después esa consigna se mantuvo por una cuestión de apriete o de exigencia, pero en ese momento existía esa esperanza (Cristina).*

Em maior ou menor medida, de forma mais explícita ou menos clara, os familiares coincidem, sem distinção de gênero e idade, em que a chegada da democracia foi vivida como o momento potencialmente mais claro de espera pela volta de seu familiar desaparecido. O retorno da democracia foi acompanhado pelas últimas esperanças de encontrar o familiar com vida. Este acontecimento de comemoração nacional passou a ser interpretado e recordado pelos familiares de desaparecidos como um evento de luto e tristeza individual. Um espaço privado de sofrimento e dor, desilusão, lágrimas e mágoa.

Outros familiares, especialmente aqueles que, como Reina e Luisa, já haviam tido experiências com violência política, afetando diretamente seus parentes, assinalam fatos anteriores à democracia como este ponto final da esperança. Consideram, por exemplo, entrevistas com políticos como Balbín – líder do Partido Radical – que, durante a ditadura militar, já havia afirmado: “*están todos muertos*”. Ou a visita e as posteriores conclusões do informe da OEA-CIDH, que também, em 1979, se orientaram por este viés. Estes fatos concretos se somavam às próprias intuições destes familiares, como evidência da desesperante impossibilidade de acreditar que os desaparecidos estavam vivos. De qualquer forma, mesmo assim, estas mulheres, que “sabiam” que estavam mortos, sempre guardavam, como muitas delas dizem, “1% de possibilidades” de voltar a se encontrar com seu filho/a, seu irmão/a, seu pai/mãe.

O tempo de “espera” e de “esperança”, de voltar a ver com vida o familiar, corresponde ao tempo que levou terminar com a crença e confiança nas instituições e na palavra do outro. Este processo desfazia as constantes tentativas de “engano” encenadas pelos agentes do poder. A propaganda operava em cumplicidade com importantes meios jornalísticos privados e alimentava os rumores sobre o destino dos seqüestrados. Isto cristalizava duas versões que circulavam na época: uma, que dizia que os detidos se encontravam em “campos de recuperação”, e que sairiam uma vez “curados”, “regenerados”; e outra, a crença que, em datas-chave, datas de grande importância “familiar” (Dia das Mães, dos Pais, festas de fim de ano, Páscoa), seriam libertados os presos e detidos.

Berta lembra que todos os anos, nestas datas, ela esperava sua filha, e pensava que quando ela chegasse iria atirar uma pedrinha na sua janela,

(...) yo vivía con esa esperanza. Vivimos durante años con la esperanza de que los iban a restituir para las fechas claves, día de la madre, Navidad, Año Nuevo, que sé yo, distintas fechas. Yo pensaba que ellos también tendrían familia, tendrían ellos hijos, y seguramente les gustaría estar sentados alrededor de una mesa con sus hijos y su familia!...

Estas versões não estavam escritas em nenhum lugar, não provinham de comunicados oficiais, mas formavam parte dos rumores que circulavam. A dúvida, às vezes, era sustentada também, quando se recebia informação sobre o familiar detido da parte de re-aparecidos que, vindos dos “*chupaderos*” ou centros clandestinos de detenção, traziam informação “de boa fe”.

Em 1980, uma palavra de ordem defendida pelas *Madres de Plaza de Mayo* cristalizou uma referência de impacto simbólico: “*Aparición con vida*”. Para completá-la, uma pequena explicação: “*Con vida los llevaron, con vida los queremos*”. Esta espécie de senha, tão forte quanto polêmica, encerrava em uma frase desejos, necessidades e denúncias, propunha palavras de ordem e ação aglutinantes. Segundo as lembranças atuais de Hebe de Bonafini,<sup>12</sup> esta palavra de ordem nasceu como reação às declarações públicas que Emilio Mignone (fundador do CELS) realizou em 1980, na Europa. Em uma excursão

com Pérez Esquivel, Prêmio Nobel da Paz, Mignone afirmou, “os desaparecidos estão todos mortos”, sem especificar informações sobre onde, como e por que estas pessoas “estavam” mortas.<sup>13</sup> Em oposição a esta afirmação, “*aparición con vida*”, tinha como motor principal não afirmar algo sobre o que ninguém havia dado informação “oficial”. As *Madres* consideravam que se ninguém lhes tinha proporcionado dados quanto ao que havia ocorrido com os desaparecidos, “não seriam elas que decretariam sua morte”. Esta palavra de ordem, segundo suas palavras, tinha dois objetivos: de um lado, questionar o sistema militar, e, de outro, demandar informações sobre os desaparecidos. Esta palavra de ordem, que preservou sua eficácia durante anos, até mesmo já na democracia, funcionou como outro concentrador de desejos e esperanças. Foi como um “porto seguro”, que manteve em ação os familiares, que permitiu, sem que fossem considerados “loucos”, que continuassem a buscar informação sobre por que e como haviam ocorrido os desaparecimentos.

## ESPERA E DOR

Se a morte afeta mais ou menos intensamente todo um grupo social, que se estende a parentes, amigos, vizinhos, no caso dos familiares dos desaparecidos, ao não poder se estabelecer um ritual de luto, se produz uma situação inversa, onde “tudo continua como se nada tivesse acontecido”.

*Me crié esperando a mi papá, y es como si no quisiera que esto tuviera un corte. Si lo pienso, digo: “sí, es posible”, pero tampoco hay pruebas. Entonces, es como si yo no quisiera, como si fuera una resistencia, como no querer aceptarlo. No hacérsela tan fácil a los que la hicieron, eso es lo que me pasa. Digo: ‘puta, encima que no está, nosotros tenemos que aceptar, cuando ellos no se hacen cargo y lo dicen’. Obviamente que es político, pero te quiero decir qué es lo que siento, no es que diga por una cuestión de ideal. Y no pasa por el tema de una postura que yo racionalizo, sino que lo vivo como un no querer aceptar eso último. Por más que, por ahí, yo en el fondo lo acepto, yo digo: “no está muerto”. O sea, no lo siento como algo propio...tengo que hacer un esfuerzo... (Margarita).*

Não emergem representações sobre um corte, um antes e um depois. Embora o retorno da democracia seja marcado como um momento potencial de passagem e de luto individual, associado a um evento nacional, este não teve o caráter social ou coletivo que costuma ter a morte. Foi uma dor solitária. Aparece, assim, um segundo elemento característico: a falta de compaixão coletiva. A morte é objetivada a partir da relação estabelecida com os “outros”, aqueles que se solidarizam com a dor. No caso dos desaparecimentos, os “outros” são classificados de forma associada ao silêncio, à ignorância ou à negação da situação. São comuns os relatos sobre pessoas que, sabendo do desaparecimento, perguntavam ao familiar sobre as atividades que o seqüestrado realizava, ou sobre como ele estava, ou simplesmente nada perguntavam. Katia conta que uma amiga do colégio secundário, que sabia de sua situação de filha de desaparecidos, um dia lhe perguntou: “o que é que a sua mãe faz?” A reação de Katia foi um longo silêncio, demonstrando que o que lhe estavam perguntando era um absurdo.

Uma das coisas que mais chama a atenção é que estas situações se dão com maior frequência dentro da própria família extensa. Delia relata algumas destas vivências:

Íbamos a la casa de los parientes, pero yo no sé si ellos alcanzaban a tener una dimensión de lo que nos pasaba. Yo tengo un recuerdo de algo que hasta el día de hoy me pregunto. Haría un año y pico que faltaba mi hijo y vivíamos locos, porque vivíamos viajando a Buenos Aires: que iba, que venía, que este trámite, este otro. Mi esposo tenía un hermano muy enfermo, que estaba en un hogar geriátrico, y una familiar nos preguntaba por qué nosotros no íbamos a verlo más seguido al hermano, al geriátrico. Claro que *era el hermano de mi esposo, pero nosotros estábamos enloquecidos por nuestro hijo. Yo recién ahora comprendo la inconsciencia total, la falta de comprensión hacia nuestro dolor* (Delia).

Estas percepções expressam uma demanda de participação grupal, de compreensão social da situação que os familiares enfrentavam com o desaparecimento. Como bem indica Ariès, em seu ensaio *O Homem diante da morte*, esta, “tal como a vida, não é um ato apenas individual”. Por esta razão, à seme-

lhança de cada grande passagem da vida, “a morte é celebrada por uma cerimônia sempre mais ou menos solene que tem por finalidade marcar *a solidariedade do indivíduo com sua linhagem e sua comunidade*” (ARIÉS, 1982, p. 658).

Como já se afirmou, o desaparecimento não permite uma concentração de tempo e espaço que demarque um início e um fim. Ele sugere inícios e fins, cria novos espaços e palavras. Por este motivo, as solidariedades, as expressões de ajuda e as solenidades se expressam de forma muito mais diluída, às vezes em posturas políticas, mas muitas vezes com um grande silêncio por parte dos outros. Em contrapartida, a intensidade e a profundidade do espaço-tempo criado pela morte quebra a rotina, a normalidade, e define um início e um fim. Podem-se distinguir três momentos que põem a vida dos familiares do morto entre parênteses: o momento da morte, o tempo de luto e o momento de interiorização e domesticação da morte.

As representações sobre a morte se concentram de forma característica no chamado “período de luto”. Alguns dos traços que se repetem nas sociedades ocidentais estão marcados pelo caráter coletivo da celebração, pela socialização da morte: visitas aos familiares do morto, amigos e vizinhos dando “os pêsames”, ausência justificada ao trabalho, visitas da família ao cemitério, interrupção de saídas e reuniões festivas por um certo período.

Neste período, a idéia de compaixão se torna central, tanto que a partir dela se distinguem *os homens que sofrem dos que não sofrem*. De outro lado, percebe-se uma insistência em relação à expressão obrigatória do sofrimento e dos sentimentos,<sup>14</sup> distingüidos pelas expressões exteriores do corpo e suas marcas: lágrimas, gritos, silêncio, tristeza, dor. Estas marcas atuam como elementos essenciais de distinção entre aqueles que são afetados pela morte de um familiar ou ente querido e aqueles que os acompanham, acalmam e consolam.

A relação entre o sofrimento e a compaixão é especificada pela natureza dos laços preexistentes que ligam o que sofre com aquele que toma conhecimento deste sofrimento. Estes laços permitem ordenar as obrigações de assistência e consolo a partir de classificações de pertencimento ou não ao grupo.

A não-existência de um momento único de dor e de obrigações morais sobre o morto, associada ao desconhecimento sobre as formas da morte, constitui uma nova figura: a privação da morte (SCHMUCLER, 1996, p. 11). A categoria *desaparecido* representa esta tripla condição: a falta de um corpo, a falta de um momento de luto e a falta de uma sepultura.

## A FALTA DO CORPO

No ritual fúnebre, o *locus* de culto é o corpo. Sobre ele se fala, sobre ele se chora, se colocam flores, se pronunciam discursos, se dá “o último adeus”. O corpo condensa e domestica a morte. Torna-a concreta, definitiva, presente, individual, identificada.

No lo puedo pensar muerto. Ausente sí, obviamente; desaparecido, definitivamente. Desaparecido. No puede ser otra figura. *Porque no lo tuve, no lo vi muerto...* Es imposible, es imposible. Ojalá nunca nadie tenga que pasar por una experiencia así, porque, hoy pensaba: el dolor, casi te diría que pasó, **el gran dolor**; pero es una herida, y está abierta, y sigue supurando. Por suerte sigue supurando, por que, si no, me hubiera matado a mi. Pero es una herida que está abierta, en nosotros está abierta, ojalá estuviera abierta en la sociedad. Ojalá podamos nosotros llegar a transmitir esa necesidad para que la gente lo sienta así. (...)Yo tuve, en un momento dado, todas mis expectativas puestas en el Equipo de Antropología Forense.<sup>15</sup> Y cuando había tantos cadáveres en Avellaneda, y ellos estaban trabajando ahí, ah!!, yo tenía unas expectativas enormes, porque me habían dicho que había estado en el pozo de Banfield. Y esto lo hemos charlado con los chicos. Porque Carmen, mi hija, me dice: “Ay no! eso de la urna con los huesos, no”. En cambio, para mí, *sería como abrazarlo de nuevo. Yo necesito recuperar ese cuerpo. A lo mejor no lo recupero nunca, me voy a morir y no lo recuperaré.* Pero sí yo quiero, qué te diría, ponerle la gotita a la cicatriz – no a la cicatriz, a la herida – recuperar el cuerpo colaboraría. Sí, sí te lo digo totalmente convencida: ojalá pudiera recuperarlo. Para mí sería clave. Por eso, cuando Hebe<sup>16</sup> – no puedo decir ‘Las Madres’, porque no están todas en esa línea – niega la recuperación del cuerpo por una

cuestión política, nada más, yo no lo puedo entender. Para mi es fundamental. Yo insisto siempre sobre estas tumbas de N.N en La Plata, porque, ojalá no me muera antes de que empiecen a hacer el trabajo acá. Como te decía hoy: en la medida que aparezcan cuerpos de desaparecidos a los que efectivamente estoy ligada – porque son familiares de compañeros o compañeros – sería lo mismo, porque sé que estamos todos buscando lo mismo. Pero recuperar el de mi marido es clave (Cristina).

Cristina pode falar de ossos, de querer abraçá-los, e até pensar em sepultá-los, mas não pode pensar na morte, porque esta a exclui de seus referenciais de identidade. De outro lado, ela necessita desses ossos, e a busca do corpo é um motor que, de forma análoga à denúncia, precisa ser preservado, manter-se como um referencial para o futuro, para poder transmitir a memória e quebrar os silêncios. Assim, a ajuda dos especialistas é fundamental, já que eles podem transformar estes ossos N.N.,<sup>17</sup> como foram denominados pela Forças Armadas, em alguém com identidade, nome e história.

O desaparecimento traz consigo a falta do corpo, e isto marca as atitudes dos vivos em relação aos desaparecidos. As formas de classificação dos familiares sobre a morte conformam um sistema de categorias que giram em torno do conceito de privação da morte. Mas, estas classificações não estão enquadradas em respostas e afirmações ou concepções fechadas do que significa o desaparecimento de um ente querido, e sim em contínuas perguntas, questionamentos e dúvidas.

*Mi esposa, hasta el día de hoy, se pregunta: ¿cómo puede ser que no sepamos que hicieron de nuestro hijo?”. A veces, cuando abro los ojos lo tengo delante de mi vista. ¿Cómo puede ser, que no sepamos qué día dejaron de respirar nuestros hijos? Porque lo peor que hay en la vida es sobrevivir a un hijo. Yo pienso que toda muerte, si antes antecede una enfermedad o algo que vos puedas ver esa persona... Pero ¿no saber qué hicieron, ¿cómo fue?. Desde que me dijeron que lo habían visto con vida, yo no tengo paz. Porque si me lo hubieran matado en el momento, bueno, pues se terminó. Pero ¿cómo fue?, ¿cómo lo torturaron?, ¿qué pasó?, ¿cuánto vivió?. Entonces, esto es algo que... mientras estemos con vida, lo vamos a tener presente, nunca vamos a tener una explicación, una contestación. Porque si*

ellos también asumieran su responsabilidad... ¿Cómo van a dar una solución, si no hay arrepentimiento de sus culpas? Y es mentira lo que dicen. Acá no fue una guerra, fue una guerra en Tucumán.<sup>18</sup> Acá, no, la guerra la hicieron ellos. La guerra sucia, infame. Cuando dicen de los muertos de ellos, ellos los tienen enterrados, ellos los tienen. Y hasta el día de hoy nos insultan, no tenemos el respeto, nunca lo tuvimos (Delia).

Aqui, novamente, uma distinção aparece clara quando se fala sobre a situação vivida: o “nós” se opõe aos “outros”, aqueles que fizeram a “guerra suja”, os mesmos que invadiram suas casas e têm seus mortos enterrados.

Mirá, no saber cuándo se murió, dónde, es terrible. Si vos, por ahí, estás en una reunión, y coincide que ese mismo día fue el día que se murió tu hija, no lo sabés. Esas cosas las he pensado 1000 veces. Por eso, cuando la señora de Berdina, la de los militares desaparecidos o muertos, la de FAMUS, que no son desaparecidos, son muertos, yo a veces tenía ganas de hablar por teléfono para decirle: *‘dichosa de Ud. que sabe cuando se murió su hijo, que le entregaron su cadáver, y que puede rezarle e ir a llevarle una flor’*. *Que no compare, porque no es lo mismo, no es lo mismo* (Adriana – nome fictício para preservar identidade).

A diferença entre aqueles que têm o corpo e aqueles que não o têm não é somente o fato material. Adriana cita aqui os familiares reunidos na organização Familiares e Amigos dos Mortos pela Subversão (FAMUS),<sup>19</sup> a quem seus mortos foram entregues e puderam associar a morte a uma individualidade, completar o círculo dos rituais: velório do corpo, missa, sepultura, pêsames. Os familiares de desaparecidos não só não têm acesso a estes rituais, mas também a única referência real de localização dos corpos que conseguem é constituída, idealmente, pelas valas comuns, ou túmulos N.N., como são mais conhecidos. A maioria dos familiares representa seus parentes como estando em alguma destas covas clandestinas coletivas. É raro que algum deles aceite ou enuncie a idéia de que seu familiar possa haver sido jogado no rio, embora em muitos casos se saiba que este foi o destino final. A importância da terra, para além da possível identificação, é muito importante. Esta apresentação pelo menos permite pensar nos corpos “descan-

sando” em um espaço potencialmente localizável. A água, o rio, marca um vazio intangível, extremo, de desaparecimento dos corpos.

De outro lado, a idéia de covas comuns, utilizadas em períodos e situações “normais”, para “indigentes”, “pobres” ou pessoas sem laços conhecidos, é em si mesma uma grande contradição. Os militares as usavam para “se desfazerem dos corpos”, que para eles eram, como nas grandes pestes da idade média, muitos, e, neste caso, simbolicamente “contaminados”.<sup>20</sup> Além disso, semelhante ao seqüestro, a vala comum era uma forma de apagar-lhes a identidade, de não permitir a reconstituição de laços familiares, nem sequer depois de mortos.<sup>21</sup>

A idéia de que um familiar possa ser encontrado nestas valas comuns passa a ser, em seus parentes, uma mescla de desejo e agonia. Como imaginar um filho “estudante”, um pai “cheio de ideais”, um marido “carinhoso”, “solidário”, amontoado em uma pilha de cadáveres, sem distinção, como se nunca tivesse existido?

É tão forte a imagem de todos os cadáveres juntos, sem distinção, que a figura e a função dos antropólogos forenses (EAAF) passa a ser fundamental para estes familiares. São eles os especialistas que um dia podem chegar a identificar seu parente, mesmo em contextos tão desfigurados. São eles os únicos, pelo menos até o momento, que, através da ciência, ultrapassaram as fronteiras do desaparecimento, nomeando cadáveres, anunciando a morte ao familiar, restituindo os restos mortais. A devolução dos restos mortais, além disso, vem acompanhada de informações a respeito de como foi a morte. Uma morte com algumas certezas e, fundamentalmente, com identidade. O EAAF se constituiu, de certa maneira, como a única instituição que pode dar informação e respostas sociais sobre estas mortes.

Nesta relação, o corpo passa a se constituir como nexos comuns entre os que sofrem e os que ajudam. O corpo individual adquire poder próprio, sintetizando um compromisso com a realidade do sentimento humano e seu clamor por solidariedade (LAQUEUR, 1992, p. 240).

Sem estas respostas, sem as mínimas informações, sempre há uma porta de esperança aberta. Mesmo quando é sabido ser quase impossível, os familiares reconhecem esta possibilidade.

*Si vos tenés un lugar en un cementerio donde la persona esta muerta, no podes alentar esas ideas. Nunca, ninguna esperanza más allá de un sueño, realmente estar en un sueño profundo. Es decir, en tanto vos no tengas eso, querés aferrarte a la idea de que esa persona, por algún vericuetto del destino, pudo zafar de la muerte. No, no, no, si ves el cuerpo, no tenés nada que imaginar. Ya te digo, o borracho o dormido. En cambio, si no ves el cuerpo, pensas o te aferras a la esperanza, a la esperanza, un poco como te decía hoy, del enfermo terminal, que sabe que si aparece algo maravilloso, o de que logró por ingenio o por suerte, o por ayuda de un tercero, salvarse, ocultarse, escaparse. Es decir, no, no pensé que mi hermana se hubiera ido afuera y que estuviera afuera. Ese cuento que quisieron vendernos los militares, no, eso jamás creo que ninguno en casa lo haya pensado... no, no, siempre la imaginamos detenida en un campo de concentración, lo cuál nos causaba un dolor y una desazón... es muy difícil recordarlo... ese sufrimiento era permanente, era constante, era una cosa que vivía conmigo las 24 horas (Pedro).*

Entre aqueles que puderam recuperar o corpo, ou que pelo menos seu familiar está localizado dentro de uma vala comum, a reflexão sobre a importância desta ação é fundamental, e marca diferenças no interior da família e dos grupos de pertencimento representativos desse problema.

## A RECUPERAÇÃO DOS CORPOS

A recuperação do corpo é colocada no plano das “certezas”, num nível onde, paradoxalmente, se fala mais da vida do que da morte, mais dos planos para o futuro do que do passado. Ela é situada como o início de uma nova etapa, de elementos que contribuem para “curar”, para poder estabelecer limites.

A importância de recuperar o corpo resume, de certa maneira, os elementos que esta possibilidade traria para o familiar. Pri-

meiro, a possibilidade de um acontecimento, de um ritual em companhia daqueles que se solidarizam com sua dor. O desaparecimento se transformaria em morte e, assim, ela seria domesticada, seria sintetizada com a idéia de um limite ou de um ponto.

Pensa-se na recuperação de um cadáver e em lhe dar uma sepultura ou em queimar seus ossos e espalhar sua cinzas como sinal de liberdade. O que os rituais permitiriam, além do fato de aceitar a morte, seria dominar a sensação de que estes corpos estejam jogados ao acaso, confundidos entre muitos outros. Para além da necessidade de recuperar os corpos, trata-se de uma intensa procura para resgatar a história desse indivíduo.

Em um dia de 1985 ligaram para a casa de Luciano. Era um juiz que precisava falar com seus avós e seu tio. Ele intuiu que esta ligação tinha relação com o desaparecimento de seus pais. Antes que seus avós fossem ao juizado, ele lhes disse: “Tenho medo”. Eles responderam: “não te preocupes, não vai nos acontecer nada”.

Él no me entendió lo que yo le quería decir. Él se pensó que yo pensaba que les iba a pasar algo malo a ellos, *pero yo tenía miedo de lo que les iban a decir*. Por ahí, percibía algo extraño. Fueron, y me quedé todo el día en la casa de mi vecino. Cuando volvieron a la noche, me dijeron: “*vení, Luciano, que te tenemos que hablar. Encontraron los restos de tu mamá*”. *Me dijeron que la habían encontrado, que estaba muerta, y yo les respondí: “yo ya sabía”. Pero me fui a la cocina a tomar agua y me puse a llorar ahí*. Y a mi abuelo le agarró una cosa. Porque mi abuelo, viste, el nene, el hijo de la única hija. Entonces, así me tenía, y no sabía que decirme. Me acuerdo que me decía cada boludez, pobre abuelo, me decía: “te voy a llevar al circo, Luciano”. Pobre abuelo (Luciano).

Hoje, Luciano vê positivamente este momento. Apesar de nunca terem lhe entregado os restos mortais, já que ainda não foram identificados dentre o conjunto no qual jazem, para ele foi o momento em que finalmente sentiu que sua mãe estava morta. Pode chorar e desencadear sentimentos contidos. Ainda espera, um dia, ter a mesma sensação respeito de seu pai também desaparecido.

Para Laura (nome fictício), a notícia de que haviam encontrado os restos mortais de seu marido chegou pelo jornal. Uma cunhada ligou para dizer que o nome de seu marido estava em uma lista de restos encontrados no cemitério de Boulogne. O corpo havia sido retirado de uma sepultura anônima, clandestina, coletiva. Podia voltar às redes familiares, a partir de um novo ciclo de identificação.

*Yo lo tomaba como el hecho de poder saber y poder rescatar mi idea y mis deseos de rescatar sus restos, y poder tenerlos en algún lado donde puedan estar, y saber que él está ahí. Entonces, era muy importante toda la cuestión de poder aportar datos para que se pudiera determinar la identidad (Laura).*

As experiências de outros familiares também servem como referenciais de que a possibilidade ou o próprio fato de encontrar os restos sejam um evento desejado e importante. As mudanças produzidas nas famílias que recuperaram o desaparecido servem de exemplos fundamentais para se querer ter acesso às exumações. Elsa, que tem sua filha e genro desaparecidos, conta a experiência de uma de suas companheiras de luta:

Respecto a los restos, yo creo que si uno puede clarificar eso, más allá de quién fue, dónde fue, cómo fue, y qué sé yo, podés entrar un poco en la normalidad. Yo, eso lo vi en Coqui [uma mãe que recuperou os restos de seu filho]. Cuando Coqui recibe los restos de su hija fue terrible, pero ella hizo un cambio, un cambio de salud. *Hizo un cambio de salud. Vos blanqueás. Porque nosotros estamos preparados y mentalizados de que, a lo largo del tiempo, una persona nace, se desarrolla y muere, por accidente, por muerte natural, por lo que sea, pero velás a tu muerto y lo enterrás, y sabés qué es lo que pasó. Nosotros no sabemos qué es lo que pasó.* La fantasía adentro nuestro está siempre presente, por más que uno desde la conciencia diga: ‘sí, no, porque esto, esto y esto, puede haber pasado esto, esto y esto, porque lo vieron en tal parte, porque dijeron tal cosa’. Pero mientras no tengas una cosa que te lo demuestre, va a seguir siendo la persona que se llevaron, en las condiciones que se llevaron y esto también yo lo he podido probar: cuando ha

habido un runrún, un ruidito, ya pensaba: ‘no estará Mónica ahí?’ (Elsa).

Por trás de todas as explicações sobre a necessidade dos corpos e sua importância, há também uma discussão sobre a voz “oficial” imposta, de certa forma, por Hebe de Bonafini, que se opõe à exumação dos cadáveres.

Junto à palavra de ordem defendida ao longo dos anos, de “aparecimento com vida”, Hebe defende também a “não-exumação”. Em nome das Madres, ela afirma em seus discursos e escritos que

*no acepta la entrega de cadáveres porque eso significa cerrar el problema de los desaparecidos (...) Nuestros hijos no son cadáveres. Nuestros hijos están físicamente desaparecidos pero viven en la lucha, los ideales y el compromiso (...) Los restos de nuestros hijos deben quedar allí donde cayeron. No hay tumba que encierre a un revolucionario. Un puñado de huesos no los identifica porque son sueños, esperanzas y un ejemplo para las generaciones que vendrán”.<sup>22</sup>*

O ato do sepultamento não destrói o ser social inserido em sua individualidade física. Este corpo sepultado, a quem agora foi devolvida a dignidade da identidade, ainda assim não têm apagadas as marcas de seu desaparecimento, seus familiares nunca deixaram de transportar esta marca histórica.

Retomando palavras de Hertz, pode-se afirmar que

devido à fé que tem em si mesma, uma sociedade sadia não pode admitir que um indivíduo que formara parte de sua própria substância, na qual imprimira sua marca, se perca para sempre. A última palavra há de ser a da vida. Por isso, o morto será ajudado de diversas formas para que saia das angústias da morte e volte à paz da comunhão humana (HERTZ, 1917, p. 92).

## A FALTA DO TÚMULO

A falta de um corpo acarreta a ausência de um lugar de culto. O túmulo marca o lugar exato em que o corpo foi depositado. Não existem túmulos sem cadáver, nem cadáveres sem túmulo

(ARIÈS, 1982). A ausência de um túmulo provoca a necessidade de reinventar novas formas e estratégias para lembrar os desaparecidos. Estas estratégias podem ser privadas ou públicas, individuais ou coletivas.

Laura é, de todo o grupo que entrevistei, a única que pôde sepultar seu marido. Depois de uma longa investigação e do reconhecimento dos restos mortais que estavam em uma vala comum, ela escolheu o lugar de nascimento de seu marido para sepultá-lo. Levou os ossos em uma ambulância até Juárez, Província de Buenos Aires. Sem velório, os restos foram sepultados no cemitério.

Para Leticia, este momento foi um grande alívio. O alívio de saber, finalmente, que seu marido estava morto e que podia sair da “nebulosa” que provoca a figura do desaparecimento. Recuperar parte da história do fim da vida de seu companheiro lhe deu uma certa tranquilidade, a mesma de saber que agora ele está em um lugar determinado, em sua sepultura individual. Por oposição às sociedades pouco diferenciadas, o enterro comum indigna moralmente, por ser a nossa uma “sociedade dos indivíduos” (ELIAS, 1994). O sepultamento lhe permitiu encerrar um ciclo, não só para ela, mas também para sua filha. Esta etapa encerrada lhe permite iniciar outras, onde a memória e o compromisso de “não esquecer” são as palavras mais fortes.

E os familiares que não recuperaram os restos mortais, em que lugares lembram de seus desaparecidos? Com que práticas e estratégias substituem a sepultura? Como e a partir de que elas são criadas?

## **O DESAPARECIMENTO EM IMAGENS**

O uso da fotografia como instrumento de lembrança de um “afim” ausente recria, simboliza, recupera uma presença que estabelece nexos entre a vida e a morte, o explicável e o inexplicável. As imagens “revivem”. Como metonímia, encerram uma parte do referente para totalizar um sistema de significados. Nos cemitérios, a foto indica a quem corresponde

o túmulo, assim como localiza iconograficamente a separação entre os vivos e um morto. Delimita também um espaço de individualidade e pertencimento (ARIÈS, 1982; FAETA, 1993).

A foto transporta formas de comunicação e diálogo, tanto em espaços públicos quanto internamente. Muitas pessoas “conversam” com seus mortos em voz alta ou interiormente, em frente à foto: comunicam as novidades, pedem conselhos, cumprimentam e colocam flores.

As imagens do desaparecido constituem uma das formas mais usadas para lembrá-los. A foto se opõe à categoria desaparecido no sentido de que envolve uma noção de pessoa, aquela que em nossas sociedades condensa os traços mais essenciais: um nome e um rosto. Ela corporifica. A partir dela, é possível enfrentar a categoria desaparecido, que engloba todas as individualidades sem distinguir sexo, idade, pessoa, e mostrar uma existência (C., 1997). Como se analisará a seguir, associada ao uso das imagens emerge uma série de condutas emotivas, ritualizadas e codificadas eficazes para a construção da categoria “desaparecido”.

## FOTOS NO INTERIOR DA CASA

As fotos ocupam um lugar central de culto no interior das casas. Estão expostas entre as dos vivos, e podem estar na sala, nos quartos, nos corredores, em vitrines, acomodadas em álbuns ou simplesmente guardadas numa caixa.

Yo voy al cementerio a ver a mi hijo muerto por la Triple A. A mi otro hijo, lo tengo en la memoria, en el corazón. Lo recuerdo también con las fotos, *tengo la casa llena de fotos*. La vez pasada, el marido de una sobrina quería arreglar la casa para venir a vivir. Y yo les dije: ‘yo voy a vivir en una pieza sola? Vos estás loco. Yo recibo visitas. Además, *yo quiero llenar la casa de fotos*, y vos, que sos tan maricón, que todo te estorba...’. Y el me miraba serio. Todo, todo lo que hay en mi casa es de ellos, de mis hijos (Luisa).

A estas fotos sempre é reservado um local próprio. No quartos, elas podem ocupar a parede central, bem acima da cama.

Nos corredores, ocupam um espaço importante, e atraem o olhar de qualquer visitante. Podem estar em cima de uma mesa, na sala, ou em um espaço exclusivamente reservado para dar destaque.

Ahora me estoy acordando. *Mi vieja, arriba de la cama, tenía una foto de mi papá y una foto de su hermano, mi tío, que también está desaparecido.* El desapareció en mayo del 77, también militaba en el PRT, y me acuerdo de esas dos fotos (Margarita).

Se estão na parede de uma sala, haverá alguma indicação que nos permita entender que esta não é uma foto qualquer. Na casa de muitas mães, as fotos de seus filhos desaparecidos estão, por exemplo, perto de cartazes ou quadros que representam a Associação Madres de Plaza de Mayo, com seus lenços brancos.

Outra indicação muito forte é se as fotos são em cores ou em preto e branco. A maioria das fotos expostas na casa dos familiares é em preto e branco, e muitas vezes fotos 3 x 4 ampliadas, as mesmas que vemos nas praças ou em manifestações. Geralmente são maiores que o resto das fotos ou estão colocadas no centro de um conjunto de fotos, ou em porta-retratos que as fazem sobressair.

Uma marca de distinção são as flores. Muitas destas fotos estão colocadas junto a um raminho de flores. Em alguns casos, ele é colocado todos os dias. Em outros, a flor é um signo que demarca algum dia em particular, como o aniversário do desaparecido, ou alguma data significativa, como as festas de fim de ano.

Yo te digo la verdad: aunque yo, en mi interior, en la realidad de mi conciencia, tengo que aceptar que no está más, yo siempre lo espero. *Recién ahora pongo una flor y lo miro en la foto. Y le pongo, por ahí, una flor chiquitita. Te das cuenta?, recién ahora* (Delia).

Entre os filhos de desaparecidos, a foto do pai ou da mãe desaparecida muitas vezes é a única foto familiar à vista. Na maioria dos casos, estas fotos ocupam um lugar importante entre aqueles filhos recém-casados ou que moram sozinhos, como no caso de Valeria.

Tengo dos fotos. Yo me agarro mucho de los recuerdos y me acuerdo fechas, días, me acuerdo de los olores, como te digo, de los sabores. Y hay dos fotos que di para reconocimiento de mí papá en la Asociación de Abogados, que las tengo que recuperar. Después, tengo una foto acá en la mesita, que está mi papá con mi hermano, mi hermana y yo. Y *con esa foto me he peleado, me he reconciliado, he llorado*, la he roto. No roto la foto, he roto el portarretratos, me ha agarrado una culpa terrible, lo he vuelto a arreglar. O sea, *he pasado por bastantes lugares con la foto esa* (Valeria).

A transmissão da memória também se concentra em fotos e pertences dos desaparecidos. Por trás da fortaleza de Reina, seus olhos se enchem de tristeza quando me conta sobre seu neto e a distância que os separa; “tenho o quadro dela para ele, com todas as assinaturas dos companheiros (um quadro com a foto de Diana, com frases e assinaturas), mas, de alguma maneira, eu digo: antes de morrer, eu tenho que poder entregá-lo a ele”. Para Reina, este objeto encerra parte da história de sua filha. Junto com ele se renovam as esperanças de que um dia ela possa contar a seu neto quem foi Diana.

A ausência de fotos também é muito significativa. O fato de não haver fotos à vista tem a ver, em geral, com a impressão ou com sentimentos incontroláveis que a presença dessa imagem pode provocar em outros: maridos, filhos, mães.

Yo no tengo fotos de mi hija. No, porque no lo quiero angustiar al nene. Tengo fotos, pero no fotos a la vista. ¿Ves que no tengo fotos a la vista? Fotos tenemos un montón... pero no a la vista (Susana).

Neste caso, a falta dessa imagem também está marcando uma diferença. Não é a mesma coisa que os outros “mortos” da família.

Já quando as fotos são expostas, diferentemente das fotos daqueles parentes que tiveram “boas” mortes,<sup>23</sup> as imagens dos desaparecidos, que inevitavelmente concentram uma série de classificações extremas, por serem prematuras, violentas e traumáticas, adquirem, dentro desta distinção, diferentes disposições, impondo uma centralidade e uma hierarquia singular: são maiores, ocupam o centro da distribuição, estão emolduradas por porta-retratos que chamam a atenção. Por estas mes-

mas características, também pode acontecer sua total ausência, como uma forma de não reatualizar esta situação-limite, com sua presença cotidiana dentro de casa.

Junto às fotos, os objetos guardados fazem parte do mesmo sistema de representações. Mães, filhos, esposas guardam por anos objetos que eram dos desaparecidos.

*casa está llena con cosas de mi hija. La casa llena, te puedo mostrar. Están los recuerdos por todos lados. No tiré ni las postales que mi hija recibía! ¡yo tengo guardado todo, todo!* Lo único que me deshice fue de la ropa, que la doné, los apuntes y los libros los doné. Eso, los llevé un buen día a la facultad de humanidades y doné todos los libros, los apuntes, los zapatos. Qué voy a guardar! Hace poco que regalé muchas cosas de ella, no hace mucho (Berta).

Guardo cositas y más cositas de mis dos hijos... y radios viejas. Allá, el mayor era profesor superior de guitarra, se había recibido, y el otro estudiaba el acordeón a piano. Y todavía los tengo. Siempre estoy por venderlo, siempre estoy por venderlo, y nunca lo vendo, voy alargando el plazo (Luisa).

Roupas, cadernos, poesias, cartas. Os filhos hoje em dia apreciam muito o fato de ter objetos de seus pais. A partir deles, podem conhecê-los um pouco mais. Adriana diz que suas netas usam os vestidos que eram da mãe delas. “Porque yo guardé. Viste como es la moda, que...(risos) el otro día le digo a Verónica: “¡usas este vestido!” Viste, una chemise así, se puso un vestido que era de la madre. Así que, con toda naturalidad, sí, sí”

As cartas são um dos objetos mais apreciados pelos filhos, sobretudo aquelas que são dirigidas a eles. São o nexos mais forte que os relaciona a seus pais, e muitas vezes servem não somente como referência, mas também como uma forma de compreender os valores e as idéias que defendiam. As cartas, em muitas oportunidades, ajudam a entender seus pais, e também a tentar se posicionar em relação a uma época onde as convicções eram levadas até as últimas conseqüências, e custavam a morte.

Outras vezes, estes papéis apenas enunciam os afetos e lembram situações da vida cotidiana desses pais com seus filhos. Mas elas também podem ser fortes referenciais dos últimos dias de vida de seus pais. Esteban, por exemplo, guarda uma série de cartas que seus pais, ambos desaparecidos, escreveram dentro do Centro Clandestino de Detenção “Sheraton”, e que foram entregues aos familiares por um dos encarregados de “cuidar” do CCD, depois da morte de todos os seqüestrados naquele Centro Clandestino.

Pode se dizer que os objetos e as imagens dentro dos lares constituem o espaço mais íntimo e privado de todas as expressões em relação aos desaparecidos.

## SILHUETAS E IMAGENS EM ESPAÇOS PÚBLICOS

O uso das fotos dos desaparecidos em lugares públicos tem sua própria gênese. Seu uso acompanha os demais processos e discussões de uma forma muito expressiva, marcando algumas rupturas e o início de discussões grupais sobre o tema. Usar ou não usar as fotos dos desaparecidos, como usá-las, associá-las ao nome e à data do desaparecimento, sempre foram motivo de discussões e negociações entre os familiares.

Durante os anos 80, quando se falava dos 30 mil desaparecidos, quando não importava quem eram, e sim o conjunto, imperava o todo, as Madres de Plaza de Mayo defendiam a idéia de “socializar a maternidade”. Isto significava, em termos gerais, que não importava a individualidade de cada um, e sim que os 30 mil eram seus filhos. Aqui as fotos apareciam em menor quantidade, e quase



Guillermo Lotiácano

sempre sem os nomes. Era mais comum a exposição de grandes cartazes onde eram colocados o nome, a data do desaparecimento e um grande ponto de interrogação, mas sem fotos. Ou simplesmente eram colocados o nome e a idade. Em alguns casos, era colocada também a profissão.

À medida que o tempo passou, as marchas se intensificaram. A democracia estava chegando, as fotos apareciam sob diversas formas. Podiam fazer parte dos cartazes, que eram segurados, ou estar colocadas em pequenas folhas, sustentadas pelos familiares.

Com o retorno da democracia, uma variante das fotos causou impacto, durante alguns anos, àqueles que se detinham para olhar: silhuetas desenhadas sobre um papel branco, do tamanho de uma pessoa, apareciam coladas em algumas paredes-chave, por exemplo, nas da Catedral Metropolitana de Buenos Aires, como se pode ver na foto.

Naqueles anos, as silhuetas predominavam nas manifestações públicas. Postas sobre o papel, eram inscritos em seu interior o nome do desaparecido e a data do seqüestro. O tamanho “natural” tinha como objetivo central “fazer com que se sentisse a presença dos desaparecidos nas ruas”, poder ampliar o público, que se perguntava o que eram estes desenhos.

Foi uma forma eficaz, de impacto, que os familiares encontraram para reclamar diante das novas autoridades uma solução para o tema dos desaparecidos. À medida que passaram os anos, as silhuetas foram deixadas de lado, e as fotos adquiriram cada vez maior força. Cada marcha, mobilização e manifestação tinha, além dos cartazes que identificavam cada entidade, uma grande quantidade de fotos, que familiares e amigos transportavam. Havia uma distinção entre as fotos de desaparecidos e as fotos dos bebês desaparecidos, que geralmente estavam em imagens individuais, dentro do bloco que representava as avós, ou em fotos onde se podia ver a mãe, o pai e a criança desaparecida.

Em muitas oportunidades, o próprio cartaz da entidade (Abuelas de Plaza de Mayo, Madres de Plaza de Mayo, Familiares) trazia colada uma grande quantidade de fotos 3x4, como se fosse uma colagem de seus representados.



À semelhança das silhuetas nas paredes, quando se realizava uma passeata, as fotos e os cartazes alusivos às entidades também eram colados nas paredes por onde passava a multidão. Muitas vezes, as pessoas reconheciam nas fotos crianças supostamente “adotadas” e comunicavam às Abuelas, as quais começavam suas investigações e denúncias. Deste modo as fotos e os cartazes das crianças *apropriadas* foram centrais no esclarecimentos e recuperação da identidade de muitas delas.

Uma das características do movimento dos direitos humanos foi a progressiva concentração de atividades, sobre os desaparecidos, nas praças centrais de numerosas cidades. Junto a este movimento, as fotos também preencheram tais espaços. A cada 24 de março, em La Plata, caso que estudei, a instalação das fotografias no centro do espaço da *ronda das Madres* segmenta um ritual que convoca muitos familiares, estudantes universitários e cidadãos em geral.

## A PRAÇA E AS FOTOS

Um dia antes da marcha de 24 de março, um grupo de familiares, amigos e militantes políticos se reúnem na praça San Martín para pendurar as fotos em torno do círculo ao longo do qual, todas as quartas-feiras, as mães realizam suas rondas. São penduradas aproximadamente 600 fotos.

As imagens são colocadas em filas, cada uma com dez fotos unidas por um fio. Cada conjunto de fotos tem distintas origens, de acordo com quem tenha feito a composição. As xerox das fotos, em tamanho ofício, são feitas nas faculdades, nos lugares de trabalho ou por cada familiar. Assim, as organizações estudantis e as entidades de defesa dos direitos humanos trazem longas tiras de fotos, assim como, cada familiar pode trazer as fotos de seus parentes. Começam a ser pregadas

durante a tarde de 23 de março. Muitas vezes, as mães ou outras pessoas ficavam em vigília cuidando das fotos para que ninguém as tirasse dali. Na verdade, é difícil que alguém toque nelas. As tiras de fotos marcam uma vigília, “cuidando” da praça, preparando-a para o centro do ritual, que ocuparão no dia seguinte.

Em março de 1999, participei pela primeira vez desse ritual. Pouco a pouco foram chegando aqueles que ajudariam na tarefa de pendurar as fotos. Foi um momento de reencontro com muitas das pessoas que tinha entrevistado. Mais uma vez pude observar como cada integrante da família põe em prática seu papel de “guardião da memória”. Mas também foi um bom espaço para perceber como a “transmissão” e as “obrigações morais” para com essa memória se projetam nos mais jovens. Luciano, por exemplo, no lugar de sua avó, que não pode vir, vem perguntar se precisavam de ajuda. Outro rapaz se aproximou trazendo as fotos do pai. Sua mãe não podia vir, e ele apenas cumpria a tarefa de trazer as fotos, já que não podia ficar, pois tinha que voltar ao trabalho. Cristina fotocopiou as imagens de seu marido, que queria que expusessem, e as foi inserindo em cada buraco que havia. Sua filha passou, falou com ela, e perguntou se precisava de alguma coisa. Majan, irmã de um desaparecido, não pode levar as fotos nessa hora, mas no outro dia, antes da marcha, pendurou-as por sua conta. As Madres, Matilde, Lidia, Nidia, iam e vinham por toda a praça, ajudando, organizando, conversando. Os estudantes de engenharia faltaram ao encontro, embora tivessem prometido aparecer. Os de arquitetura fizeram sua parte fotocopiando grande quantidade de fotos. Assim, à sua maneira, cada um participa do ritual. Alguns curiosos passavam e paravam para olhar de que se tratava.

O ritual de pendurar as fotos inicia a solidarização dos participantes. Ele articula um lugar enquanto cada um ajuda em alguma tarefa. Os temas de conversação podem variar, desde os mais pessoais (praticamente todos os que participam se conhecem) até os diretamente relacionados com a marcha do dia seguinte, assim como o relato das atividades desta semana de março. A atividade reúne pessoas de distintas gerações e graus de proximidade aos desaparecidos: as mães, as avós, as espo-

sas, os ex-presos políticos, os filhos, e os estudantes ou militantes políticos.

As fotos são penduradas entre postes de luz, em torno de um círculo onde as mães fazem sua ronda semanal. Também são dispostas em um círculo concêntrico menor, sobre as grades que protegem a estátua de San Martín. Aqui são colocadas várias tiras, uma embaixo da outra, do topo da grade até o chão. A ordem das fotos é arbitrária ou responde à lógica de organização de quem realizou a tira. Pouco a pouco, a praça fica coberta de fotos, concentrando-se nos tais círculos que delimitam o espaço em torno do qual vão caminhar.

A maioria das imagens só informa o sobrenome, o nome e a data do desaparecimento. As variantes têm a ver com a origem das fotos. Se foram feitas em uma faculdade, em especial, os estudantes são identificados também pela carreira que cursavam, ou com letras maiores que dizem: aluno desaparecido. Em letras menores ficam os dados pessoais, com o número de seu documento de identidade e número de registro na faculdade. Se são confeccionadas pela família, podem ter frases de poesias ou escritos com traços emotivos. No caso de que alguém tenha mais de um familiar desaparecido, é possível observar a confecção de uma tira de “parentes”. Praticamente não há outros meios de expressão a não ser fotos (no dia da passeata estarão os tradicionais cartazes que identificam cada entidade). Na colocação de fotos de que participei, apenas em algumas tiras, entre as fotos, havia um cartaz que dizia: “A memória não nos amarra às lembranças: nos liberta”.

No outro dia, 24 de março, durante a marcha, as fotos parecem observar os assistentes no ritual. Percorre-se o círculo em uma hora, contendo-se pelas imagens. As pessoas se detêm em frente a uma foto, olham-na e seguem em frente. Algumas mães apontam para seus filhos entre todos esses rostos que parecem nos olhar. Outras se detêm e mostram a quem pede qual dentre todos é seu filho. Por um momento, a impressão que se tem é estar em frente a uma parede cheia de nichos de um cemitério “efêmero”. Claro que, aqui, o “fundo” são as grades da estátua de San Martín, ou simplesmente o céu.

As fotos não passam despercebidas. Possibilitam um efeito de impor respeito e reverência. Não é um muro de lamentações nem um santuário para onde se dirige uma procissão. Mas estas fotos provocam um culto que liga os que participam dessa ronda, que protege esses desaparecidos, transmitindo memória, mantendo-os presentes. Elas atualizam identidades e reforçam as estratégias políticas.

## **CORPOS, FOTOS, PAÑUELOS BRANCOS**

As fotos não estão somente penduradas nas praças. Estão igualmente presentes no corpo das pessoas, mais especificamente no das mães. Algumas mães penduram em si mesmas a foto de seus filhos desaparecidos com uma corda ou carregam a foto em um cartaz.

A atitude de levar a foto do desaparecido junto ao corpo pode ser associada à prática, muito comum antigamente, de levar em um medalhão a foto de um ente querido morto, geralmente os filhos ou o marido.<sup>24</sup> Esta exibição da imagem do desaparecido, associada à pessoa que “o transporta”, permite mostrá-lo associado publicamente a um laço familiar primordial, como é a mãe. Por outro lado, esta é a forma mais “individualizante”, por contraste com a condição coletiva do uso das fotos no contexto de uma marcha ou de uma manifestação. É um jogo duplo, entre a socialização desta imagem e a demarcação e pertencimento a uma história familiar. É, mais uma vez, a questão política que, uma vez colocada em cena, serve como coringa na fronteira entre o público e o privado, uma fronteira que é constantemente redefinida, e que é espaço de disputas por excelência.

Nos termos de Faeta, esta imagem que é levada no corpo, “mais que a imagem mortuária (que está fixada a um túmulo), funciona como catalizadora da presença e da memória do morto” (1993, p. 76). Em nosso caso, podemos afirmar, do desaparecido.

Mas que conjunto de elementos faz com que as fotografias funcionem como catalizadores? Será a fotografia que, por

si mesma, pendurada no corpo de uma mãe, acaba exercendo tanta eficácia simbólica?

A foto, por si mesma, nada nos informa. Seu significado emerge da combinação de outros elementos que se conjugam e se constituem enquanto um sistema simbólico. Este sistema “posto em prática” pelas mães utiliza muitos referenciais que conhecemos de outras atitudes, especificamente dos rituais diante da morte. A imagem pendurada no corpo das mães é acompanhada de dois elementos que, do meu ponto de vista, são essenciais: o lenço branco na cabeça e a *hexis* corporal do próprio corpo.

Em seu trabalho, Faeta apresenta a foto de uma mulher italiana, em período de luto, com seu lenço negro cobrindo a cabeça, o relicário pendurado em seu corpo, e um olhar com expressão de tristeza. Se comparamos esta foto com a das mães na praça num dia de marcha ou protesto, as similitudes chamam a atenção.



*Francesco Faeta*



*Página/ 12*

As atitudes e posições que estas mulheres representam são similares, embora as causas e motivos sejam diferentes. Uma perdeu seu marido de morte natural, em uma aldeia da Itália. A outra tem seu filho desaparecido na Argentina. Uma posou para a foto, a outra participava de uma marcha

no dia 24 de março. Os rostos de ambas comunicam dor e tristeza. Ambas levam pendurada a foto de seus familiares. A mulher de negro pendura a foto num relicário. Já na segunda, a foto está disposta num cartaz, que a associa a uma série de informações, tais como nome e sobrenome, idade e data de desaparecimento. As posturas corporais são similares, as mãos agarradas, para frente e para baixo, a cabeça um pouco inclinada, o olhar contrito.

Os lenços sobre suas cabeças são atados da mesma forma, porém, de cores opostas. A mulher italiana usa um lenço negro, que na tradição dos rituais fúnebres simboliza o período de luto. A mãe argentina utiliza um lenço branco.

Na história das Madres de Plaza de Mayo, conta-se que a primeira vez que utilizaram o lenço sobre suas cabeças foi numa procissão ao santuário de Luján, em 1977. Como estratégia para se identificarem e diferenciarem, escolheram usar uma fralda de seus filhos recém-nascidos. Este lenço branco, por oposição ao negro, associado com o momento do luto, simboliza a iniciação, o nascimento, a vida. É importante assinalar que unicamente as Madres e Abuelas utilizam este tipo de estratégia.

Tanto o lenço branco que cobre suas cabeças quanto a foto protegida por seus corpos são usados unicamente na praça ou nos espaços onde as mães estão representando a instituição em algum ato público, em viagens ao exterior ou nas marchas. As mães colocam e tiram os lenços no início e no fim dos atos. Nunca andam pela rua ou chegam aos lugares com os lenços e as fotos penduradas ao colo. Geralmente, elas os colocam quando o número de mães já formou um grupo. De repente, num espaço fechado, passa-se a distinguir na multidão uma série de lenços que começam a ser amarrados e a se mover em conjunto. É impossível não diferenciá-las, não distinguí-las.<sup>25</sup> É a marca de sincronização da ação coletiva.

Se, por oposição, pensamos no lenço negro que simboliza o luto, este tem uma função social principal, que é a de informar aos “outros” (vizinhos, amigos, desconhecidos) que esta pessoa está passando por um período diferente, marcado exteri-

ormente pelo negro de suas roupas, que ela usa em todo contexto e momento. Mas também indica que este período um dia terminará, e este fim será também uma demanda social. O luto demarca, assim, um período de entrada, mas também de saída. O uso da cor negra demarcará exteriormente estas fronteiras.

Se voltamos às mães dos desaparecidos, vemos que o lenço, assim como as fotos e as práticas de mobilização, sofreram transformações e provocaram disputas, mas são constantes ao longo dos anos. Antes de usar o lenço branco, as mães utilizavam um cravo na lapela de seus casacos e no peito da blusa, ou sobre seus vestidos. Este cravo significava, segundo algumas das mães que entrevistei, o sofrimento de Jesus Cristo. Para outras, simplesmente era usado como uma forma de se reconhecerem umas às outras, e, como o cravo era um tanto “insólito”, fazia efeito.

Desde o início, o lenço foi branco. Primeiro, não trazia nenhuma inscrição. Logo, passaram a bordá-lo com diferentes inscrições e *slogans* que mudaram ao longo do tempo. Alguns tinham relação com o momento histórico que se vivia. Durante muito tempo, utilizaram a inscrição: “*Aparición con vida de los desaparecidos*”. Muitas mães ainda utilizam este lenço. Depois das leis de anistia – as leis do ponto final, obediência devida e indultos – algumas mães usaram um lenço que dizia: “*Cárcel a los Genocidas*”.

A maioria dos lenços, bordados por uma mãe de La Plata, diz hoje: “*Asociación Madres de Plaza de Mayo*”. A discussão mais uma vez se coloca em relação à “individualização”. Algumas mães utilizam sobre o lenço a inscrição com o nome e o sobrenome de seus filhos, abaixo da palavra desaparecido, depois a data, e por último a palavra Argentina. O grupo de mães liderado por Hebe de Bonafini considera que, por sua postura de “socialização da maternidade”, não se deve individualizar os nomes, e por isso está em desacordo com sua enunciação nos lenços. As Abuelas de Plaza de Mayo, que também utilizam o lenço, em geral o usam totalmente branco, sem inscrições.

Os lenços também saíram das cabeças das mães e se transformaram em ícones desenhados no chão das praças onde elas

fazem a marcha, marcando os lugares por onde passa a ronda, todas as quintas-feiras, às 15:30, em Buenos Aires, ou todas as quartas-feiras, às 15:30, em La Plata.<sup>26</sup>

O uso do lenço condensou o sistema de símbolos<sup>27</sup> desta comunidade, acumulando assim um poder de representação reconhecível no cenário internacional. O lenço prescreve práticas e convoca identidades. Ninguém, a não ser as mães e as avós, pode utilizá-lo.<sup>28</sup> Elas podem até presentear-lo como obséquio a quem consideram como seus “amigos”, aos “defensores dos direitos humanos”, às pessoas que as têm ajudado, mas nunca, ninguém, a não ser elas, ousará usá-lo.

## SUPORTES DA MEMÓRIA

Da mesma maneira que o lenço entrou para os símbolos da praça, as fotos também expandiram sua utilização para além das fronteiras da casa, da praça e do corpo das mães. Com variações interessantes, elas ocuparam o espaço público cotidiano através dos jornais.

Todos os dias, o jornal *Página/12* publica de forma gratuita, desde o início dos anos 90, uma ilustração particular: quadros com mensagens e fotos, maioritariamente de jovens, que, no meio de propagandas e notas conjunturais, se impõem à leitura.

Estes quadros de lembrança ou suportes de memória,<sup>29</sup> têm alguns elementos que os identificam, e que se repetem como fórmulas ao longo de todos os dias do ano. Destinados a lembrar por meio da foto, da data de nascimento e do seqüestro, que faz mais um ano de desaparecimento desta pessoa, alguns optam por explicitar como, onde e quando ela desapareceu. Uma minoria apresenta os responsáveis por esse desaparecimento. Estes suportes são utilizados por familiares de todo o país. Em raras ocasiões é colocada a origem da pessoa. Aqui serão utilizados, como centro da análise, os suportes publicados pelos familiares que entrevistei.

Os suportes aparecem quase todos os dias, e em um número que varia entre um e meia dúzia. O *Página/12* é o único jornal

que os publica. Cada familiar deve mandá-los para a sede do jornal, em Buenos Aires, ou utilizar as sucursais nas principais capitais do país. A única exigência do jornal, se o familiar não é “conhecido”, é a apresentação do documento de identidade. Na versão digital do jornal, estes suportes de memória não aparecem. Tanto a confecção do suporte, como a sua publicação, é uma decisão totalmente individual da família do desaparecido, não sendo uma publicação que tenha suas raízes nas organizações de direitos humanos, embora a idéia, talvez, possa ter partido dali.

À primeira vista, estes suportes são similares a outras solicitações sobre o paradeiro de pessoas desaparecidas por diversos motivos, que são emitidas pelos juizados e normalmente são publicadas nas últimas páginas dos jornais. Mas eles são diferentes.

Como suportes, eles têm uma estrutura regular que se repete em todos eles. Uma foto (só uns poucos não têm), o nome e o sobrenome da pessoa. Em seguida, a palavra desaparecido. Em alguns casos, seqüestrado ou detido-desaparecido. Ao lado ou embaixo, a data do desaparecimento, depois, uma frase. E, finalizando, a assinatura de um ou mais indivíduos. São publicados no dia que marca a data do desaparecimento. Há familiares que publicam anualmente, outros, em anos “marcantes” (10, 15, 20 anos), e alguns poucos repetem a publicação mais uma vez no ano, quando, por exemplo, é o aniversário do desaparecido. A maioria é individual, mas aparecem também os coletivos, onde há dois ou mais desaparecidos “afins”: irmãos, amigos ou casais.



Estes impressos fazem menção ao aniversário do desaparecimento, marcando, assim, para um público anônimo, há quanto tempo essa pessoa está desaparecida. A forma com que este tempo é marcado também varia. Como vemos, um marca “dialogando” com o desaparecido, outro o faz como que informando ao leitor. A assinatura dos suportes também varia de um para outro. Podem estar assinados por amigos (*teus amigos de ontem e de sempre*), parentes (*tua mãe, teu pai, teu filho, teus irmão/as, teus primos*) ou sem identificação (*todos que te amamos*).



Página 12. 25-2-98

Mas voltemos às variações dos enunciados. A comunicação para um público anônimo se baseia principalmente em um esforço em construir frases e narrativas de impacto. Uma primeira estratégia é montada sob a forma de um diálogo direto e no tempo presente, com um desaparecido potencialmente vivo, e não morto. *Querida...hoje, no dia do teu aniversário, onde estarás querida...?*

Uma segunda trama é construída sobre um discurso mais pessoal e militante, circunscrevendo o diálogo para um público que possa se identificar e partilhar posturas políticas, reproduzindo *slogans* já conhecidos: *“Liberação ou dependência, era o motivo de tua luta e dos 30.000 desaparecidos, luta que abarcava a defesa dos excluídos, explorados, os sem teto, sem voz”*. *“Teu desaparecimento e o de mais 30.000 companheiros foi e será nossa bandeira para sempre.”*

Os suportes também podem simplesmente apelar aos afetos circunscritos a um círculo familiar e de amizade: *te amamos*,

*não te esquecemos, teu sorriso ainda está em nossa lembrança...*

Ou tomam como modelo de eficácia a reprodução de trechos de canções ou poesias de autores conhecidos, geralmente “latino-americanos” e com uma trajetória solidária com este tipo de problemas políticos. Em outras versões, são colocadas poesias realizadas pelo desaparecido ou por algum familiar, muitas vezes pelas próprias mães. Os dois suportes a seguir ilustram este tipo; um reproduz uma poesia do próprio desaparecido, e o outro, uma poesia realizada pela mãe. Ambas fazem referência direta à situação de desaparecimento.



EL ENEMIGO VIÑO A BUSCARME A ESTA CASA por orden del Señor, amo de este castillo que se cae en pedruzcos. Mandó espaldas, faldas demolidas que no saben por qué. Yo esperaba la vida, nada más que la vida. (Fragmento de su Poema Nº 45) Daniel

DANIEL OMAR FAVERO (dani) nació en La Plata el 30 de julio de 1957. Cursó estudios secundarios en el Colegio Nacional de La Plata y fue secuestrado en 1977 por la dictadura militar cuando realizaba sus estudios en la Facultad de Letras de esa ciudad. Su obra fue censurada en forma oculta por su padre durante los años de represión, cuando dejó de ver a su hijo en febrero de 1977. Meses después fue secuestrado por Grupo de Tareas pertenecientes al Comando Militar I. Cursó estos últimos meses hasta fallecer en cautiverio a escritura, pero no existe registro de esta producción. Hasta hoy, Daniel Favero permanece desaparecido.

Miércoles 30 de julio de 1997 **Página 21**



**JOSE AMERICO POLLOLA DOSENA**

25/2/78 - 25/2/98  
"detenido desaparecido"  
por la dictadura militar

Nos negaron su rostro...  
le privaron derechos y voz...  
lo convirtieron en incógnita  
mas no podrán nunca  
mutilar la memoria.  
"Vivo siempre por siempre será"  
Brillara con la luz  
de los que saben amar  
la justicia y verdad.

Tu hijo José Gabriel Aliana, Alejandra.  
Tu tia y madrina Chory  
Papi y mami con amor.

Estas formas de lembrança repetem, em esquemas similares, diversas mensagens, a partir do uso de palavras de eficácia já consagrada e conhecidas pela comunidade de leitores (desaparecido, desaparecimento, assassinato ou morte), sem a necessidade de explicitar demasiados detalhes. Os suportes que (como no caso de Favero, exposto anteriormente) enumeram em poucas palavras a trajetória do desaparecido são exceções.

O caráter minimalista da individualização daquele que é lembrado provoca um efeito de assimilação entre as diferentes variações, como que reconstruindo uma comunidade de iguais. Para além de todos os detalhes, os quadros transmitem algumas imagens que se repetem.

Os suportes passam uma idéia imediata de desaparecidos jovens, cheios de vitalidade. Para isto, a maioria dos familiares inscrevem, dentro do quadro, a idade da pessoa no momento

do desaparecimento. Grande parte dos que são lembrados tinha, no momento de sua detenção, entre 20 e 25 anos,<sup>30</sup> e raramente superavam os 30 anos. Esta construção de juventude é reforçada pelos relatos sobre os projetos, a vida que não pode acontecer, as utopias que foram truncadas pelo desaparecimento e a injustiça da morte. Desta maneira, as fotos geralmente mostram pessoas sorridentes e jovens, associadas a uma trajetória de sofrimento e sacrifício: primeiro, com a luta por uma sociedade mais justa, depois, com a dor de seu desaparecimento e, por último, com o assassinato ou a morte ainda não identificada.

Quatro *slogans* se repetem quotidianamente dentro dos suportes: *Verdade e Justiça, Julgamento e castigo, Castigo para os culpados e Nem esquecimento, nem perdão*. Estas fórmulas apontam para o reforço de valores morais gerais e adquirem uma nova eficácia quando são combinadas, não mais com a representação coletiva, mas com elementos destinados primordialmente a acrescentar elementos de identidade e distinção individual.

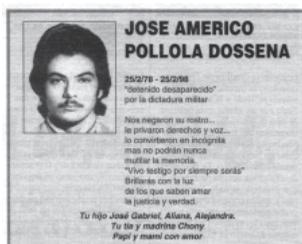
Quando se tem acesso a mais de um suporte repetido pela mesma família, pode-se observar micromudanças associadas às variações de estado dos indivíduos na construção de uma identidade de “familiar de desaparecido”. De outro lado, em alguns casos, elas também acompanham as mudanças geracionais, e, junto com elas, as diferentes estratégias e interesses a respeito de qual memória transmitir e de que modo. As fórmulas de denúncia e comunicação que utilizam se relacionam, por sua vez, aos contornos da ação política e da opinião pública externa ao grupo íntimo.

Tomemos apenas um exemplo de Cristina, esposa de um desaparecido. Outro, de Elsa, mãe de desaparecidos e avó que encontrou sua neta *apropriada* por um militar.

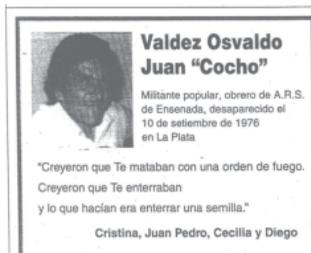
Cristina me mostrou dois suportes de memória que tinham publicado sobre seu marido. O primeiro foi ela quem fez; o segundo, com uma diferença de cinco anos, foi feito por seus filhos, que escolheram as frases e motivos. A palavra escolhida é sempre a que dá o tom e marca as diferenças de cada suporte.

Yo lo publiqué a los 15 años, y ahora a los 20. Y te voy a mostrar las fotocopias, porque la frase la eligió mi hija Cecilia...La última vez, con una frase de Cardenal, de Ernesto Cardenal, que es una belleza. La primera vez, lo hice yo. Ahora, los chicos.

Assim, o primeiro suporte, publicado em 1991, tem uma frase do tipo “militante”. Já no segundo foi escolhida uma poesia “política”, foi também acrescentada a condição de operário do Estaleiro Rio Santiago - A. R. S. de Ensenada. Um dado interessante é que, apesar das mudanças, a participação política fica restrita à palavra “militante popular”, sem enunciar o partido ou a organização. A foto também mudou. A primeira era uma foto 3x4, onde Osvaldo aparecia com gravata. Na segunda, “Cocho” aparece sorrindo e com roupa esporte. Em um suporte só foi colocado o nome e o sobrenome. No último, se acrescentou o “codinome”, que talvez se refira ao que usava na militância. A assinatura também mudou: a primeira incluía amigos; a segunda se restringe à família nuclear.



Página/12, 10-09-91



Página/12, 10-09-96

Estas transformações temporais incitam a recuperar elementos genéticos desta estratégia comunicativa. Podemos afirmar que estes objetos dos anos 90 domesticaram uma fórmula utilizada ainda na época da ditadura militar: as “solicitadas” (matérias pagas).

A função destas fotos não tinha o mesmo objetivo que o dos suportes, mas elas se alinham com estes na evolução de fórmulas impressas que conjugam denúncia e memória. As “solicitadas” estão mais intimamente relacionadas a pedidos de informação sobre os desaparecidos, os quais, durante este período, ainda se considerava possível obter.

Elsa conseguiu, assim, parte do que tanto buscava. Restavam sua filha Mônica e o genro Cláudio, dos quais nunca mais teve notícia. Os suportes do *Página/12* mostram esse estado da situação. O que foi publicado em 1995 utiliza a mesma foto que acompanhava a solicitada em que a neta era procurada. Tem uma poesia de Miguel Arteche sobre os “homens que nunca partirão”, e está assinado por Paula, mamãe (Elsa) e irmãos. Não é usada a palavra desaparecidos, nem detidos. Quatro anos depois, Elsa voltou a publicar um suporte. A foto de seus filhos mudou. Agora se pode vê-los de corpo inteiro. Mantem-se a data, não há referência ao desaparecimento, mas aparece uma frase muito sugestiva para este final dos anos 90: “*Hasta saber que pasó*”. Hoje, Elsa não falta a nenhuma sessão dos tribunais de La Plata, onde, desde 1998, é investigado o destino dos desaparecidos nos chamados “julgamentos da verdade”. Esta frase está intimamente relacionada à nova situação social e jurídica pela qual passam os familiares.

Assim, as expressões foram desde a denúncia e a busca de informação até a lembrança, a presença e as mudanças dadas pela transmissão da memória e pelo intercâmbio geracional, acusando a influência das mudanças na política e no problema dos desaparecidos.

Se a categoria *desaparecido* engloba todas as individualidades, sem distinguir sexo, idade, profissão, trajetórias, dentro de uma *não-identidade*, estes suportes se destinam a reconstruir e manter a “identidade” destes *desaparecidos*, e assim dar oportunidade ao leitor de conhecer e se envolver com a vida de uma pessoa desconhecida-desaparecida, relatando alguns dados precisos e preciosos: idade, projetos, modo de desaparecimento, e associando-os a um rosto e a seus gestos.

Nomeando, corporificando em uma foto, os quadros reforçam a idéia de um sofrimento com rosto, laços familiares, história, nome e sobrenome. Esta restituição permite que uma imagem de pessoa perdida dentro da categoria desaparecido saia do anonimato e recupere sua identidade, a começar por um de seus traços distintivos mais importantes – o rosto, que, como diz Elias, “mais que qualquer outra parte do corpo, é a vitrine da pessoa” (1994, p. 160).

Luisa explica que a foto é fundamental para o reconhecimento. “La foto, la pongo para que lo reconozcan. Por que, a lo mejor, vos ponés el nombre y no dice nada. Cuando le pongo la foto de cada uno, pongo Juan Ramón “Chilo” Zaragoza, y del otro, Nestor Omar “Neco” Zaragoza”. Nos mesmos termos, Cristina fala da importância da individualidade. “La foto es importante porque, sí o sí, tenés que darlo a conocer. La foto y el nombre. Sino, no sé, no sería tuyo, no lo individualizarías”.

Por que a presença destes suportes de memória? A que tipo de objetos e práticas culturais eles são análogos? Como já afirmamos, os túmulos, diz Ariès (1982, p. 217), “são o objeto destinado a marcar o lugar exato em que o corpo foi depositado (...) não existem túmulos sem cadáveres, nem cadáveres sem túmulos.” Da mesma forma que os túmulos, mas sem um corpo onde se fixar, os suportes de memória expressam a quem pertence o corpo, recordando-o mediante a imagem física como símbolo de sua personalidade, e, ao mesmo tempo, reclamando por um cadáver que não se sabe onde está.

Se o objetivo do túmulo é evocar a lembrança do morto para as gerações seguintes, os suportes de memória, além de sua clara intenção de denúncia, são uma forma alternativa de oferenda (já que não se tem o corpo desaparecido) em um espaço “criado” (já que não há lugar físico onde render culto ao morto) e de duração efêmera (já que são visíveis apenas por um dia). Assim, estas invenções asseguram e reatualizam uma projeção no tempo e no espaço, por meio das inscrições e através de um público que possa perpetuar a lembrança dessa pessoa. Pode-se pensá-lo como um ritual análogo àquele que, a cada ano, algumas famílias realizam durante o “dia de finados”.

Para mí es una alegría. Una recordación. Es para que también otros conozcan lo qué pasó. Y la gente se entera. Se enteran, porque: qué lugares el diario no recorre? Y, vaya a saber, por ahí lo lee un pariente, lo lee un amigo o un compañero de estudio de él (Luisa).

Ylo publico porque voy a estar pregonando permanentemente, siempre, que tengo un esposo desaparecido. La intención es que la gente los recuerde y los recuerdan bien (Cristina).

Mães, pais, filhos, amigos sentem a necessidade de fixar em um material escrito, acumulável, sua tristeza e preocupação de ancorar a memória de seu desaparecido. Os suportes da memória constroem e devolvem parte da identidade roubada, no mesmo ato que denunciam seu desaparecimento e a falta de informação.

## **DISPUTAS PELA LEGITIMAÇÃO DE UMA PALAVRA**

Tal como qualquer outra categoria social, não há uma definição do que o desaparecimento significa, mas várias, que partem de dois pólos de pontos de vista,<sup>31</sup> um mais íntimo e sentimental, e outro onde predomina o controle da distância política e militante. Sempre há, como vimos, um jogo onde os espaços privados são tensionados pelas práticas públicas, e vice-versa.

A isto se somam também as representações que o próprio Estado organiza através de leis e comportamentos sobre esse tema. Sistematizados junto com o material criado e difundido pelos familiares em relação a seus desaparecidos, as definições e categorias que o Estado “oficializa” influem com um peso específico sobre as percepções e (re)ações “públicas” que os familiares têm.

Os contornos e sentidos extensos que a palavra desaparecidos pode abarcar são, definitivamente, derivados de um campo de agentes (com seus pontos de vista) e de instituições (com suas normas), entrelaçados em projetos que lutam pela legitimação de um problema “social” e “nacional”.

Há mais de um século existe nas leis argentinas a categoria “ausência por presunção de falecimento”, à qual se apela quando a pessoa não aparece depois de dez anos. Muitas vezes este argumento legal é colocado quando um familiar deve iniciar diferentes trâmites, desde um casamento até a sucessão de bens.

Muitos familiares de desaparecidos se confrontaram com esta definição depois de vários anos de espera. Questões tais como o pátrio poder, sucessões, venda de propriedades, novos casa-

mentos fizeram com que eles enfrentassem a burocracia estatal, onde a única figura conhecida era a da “presunção de falecimento”. Durante vários anos, já na democracia, os familiares enfrentaram este problema legal e moral e, com diversos argumentos e sensibilidades, apelaram para esta figura. Nestes casos, muitos foram maltratados, humilhados e desconsiderados por outros familiares de desaparecidos e dirigentes de organismos de direitos humanos, por haverem realizado o trâmite, aceitando de certa maneira a morte de seus desaparecidos. Aqueles “representantes” consideravam que aceitar a presunção era “dar o braço a torcer”. “Certos relatos” mencionam que Hebe de Bonafini expulsou muitas mulheres da praça por haverem realizado a presunção de falecimento.

O tema ganhou o debate público quando, a partir de 1994, foi sancionada a Lei 24.411, que estabelecia o benefício das indenizações. Esta lei provocou, além de todo o debate moral sobre o tema, o problema de como o Estado consideraria os desaparecidos.<sup>32</sup>

Dentre uma série de notas nos jornais de maior circulação, uma do *Página/12*, de 1 de dezembro de 1996, chama atenção: “*La ley no los da por muertos*”. O texto esclarece alguns pontos que custaram muitos meses de debate entre o Estado, os familiares de desaparecidos e os organismos de direitos humanos, a respeito de qual seria a figura jurídica sob a qual se pagaria a reparação: a de desaparecido ou a de morto.

A discussão estava baseada em modificações da Lei 24.411, que estabelece o “benefício para os causahabientes de pessoas desaparecidas ou mortas como consequência do acionar repressivo com anterioridade a 10 de dezembro de 1983”. O debate girou em torno de cada termo que fazia referência à “situação de desaparecimento”. Os familiares e organismos queriam que ficasse expresso que o benefício era pelo desaparecimento, e não pela morte.

Uma das deputadas que defendia o projeto de modificação da lei apelou para sua condição de ex-desaparecida para participar do debate e justificar seu apoio. Delia Domínguez, do Partido Justicialista, afirmou: “eu sou uma *desaparecida viva* e se algum projeto de lei desse por morto ao detido-desapareci-

do jamais o defenderia”. O debate girou sobre os “cuidados” necessários para que nenhum juiz declarasse o falecimento do desaparecido, já que muitos assim o faziam na hora das ações judiciais. Nestes casos, a partir de 1994, os advogados começaram a apelar e, amparados na Lei 24.321 de junho de 1994. Assim, a nova lei mais a ação dos advogados repercutiu diretamente nas decisões judiciais.<sup>33</sup>

O debate chegou ao fim quando ficou expressamente estabelecido que, diante de qualquer trâmite que envolva os familiares dos desaparecidos, a figura que se deve utilizar é a de “desaparecimento forçado”, estabelecida pela Lei 24.321, que criou “a figura de ausente por desaparecimento forçado”. Diante de qualquer espécie de trâmite legal que um familiar precise realizar, pode obter, por meio de sentença judicial, uma definição legal da situação em que se encontra por ter um “familiar desaparecido”. A lei, além disso, deixa claro que para efeitos civis a declaração de ausência por desaparecimento forçado é análoga àqueles prescritos para a ausência por presunção de falecimento.

Todo este debate jurídico reflete uma série de microações cotidianas que os familiares põem em prática cada vez que precisam se definir diante dos organismos públicos. O simples e rotineiro preenchimento de um formulário passa a ser uma forma de definir e afirmar esta identidade de familiar de desaparecido. Em várias das entrevistas foi exteriorizada a questão dos formulários como objetos-limites que intermediam na explicitação pública da condição. A reação unânime, inclusive entre os que nunca participaram ativamente de organizações de direitos humanos, é a inscrição da categoria desaparecido para o familiar. Estela relata desta forma:

E- Más allá de todo, los desaparecidos están muertos, obviamente! La figura inicial, no sé, no me detuve a pensar en eso. Obviamente que soy viuda desde el punto de vista formal. Pero en una oficina, llenando un formulario y demás, no! terminante! ¿Estado civil? casada, ¿su marido? desaparecido. Punto y basta.

L: Pero no hay un casillero para poner Desaparecido?.

E- Lo pongo!, he llenado formularios, he forzado y he hecho. Eso corresponde a la defensa de una situación. Para mi, a los efectos legales, está desaparecido. Muertos tienen cadáver. Dónde está? Entonces, enraíza con toda una lucha. Hoy por hoy, es Desaparecido, porque desapareció, no está. Obviamente que muerto está, sí, pero hay diferencia entre un Desaparecido (Estela).

A manutenção desta categoria vai mais longe ainda. Os desaparecidos permaneceram e muitos ainda permanecem nos registos eleitorais. Durante anos, os registos foram usados pelos familiares e organismos de direitos humanos para editar publicações e solicitadas nos jornais e perguntar: onde os desaparecidos votam? Muitos familiares já enviaram cartas explicando e informando sobre o desaparecimento. No entanto, os desaparecidos continuam nas listas. Já outros familiares, pediram expressamente para que o nome seja mantido.

O exercício do voto, uma referência para definir o “ser cidadão”, só pode ser exercido se o nome estiver nos registos. Os mortos, aqueles que deixaram de existir fisicamente e como cidadãos, são retirados imediatamente das listas, entre outros motivos porque revivem o grande fantasma das fraudes eleitorais. Se alguém está na lista é porque “existe” como cidadão. A maioria dos desaparecidos é mantida nestas listas, o que equívale a pensar, em nosso raciocínio, que eles ainda são cidadãos para o Estado.

## CONCLUSÃO

Vimos como a ausência de um corpo gera um espaço aberto, por não se poder fixar a morte em um *locus* específico. A consequência mais direta é a falta de um túmulo, um lugar onde renovar o ritual da lembrança, amarrar a história deste indivíduo e deixar as marcas necessárias para o futuro na sepultura.

As saídas criativas e necessárias dos familiares para dar conta destas “ausências” abundam. Todos estes materiais colocam à disposição novos objetos que contêm aquilo que desapareceu, tornando-o disponível, à maneira de um ritual de lembrança e

denúncia. As fotos, os lenços, as silhuetas, os suportes de memória servem, a luta por novas leis, em última instância, como signos do desaparecimento. De certa forma, combatem a morte ou, ao menos, a atenuam, a controlam, a tornam reversível, culturalmente modelável, apreensível, conceitualizável.

O desaparecimento acaba enunciando essa possibilidade de reversibilidade, expressando não uma postura de que os desaparecidos apareçam com vida real, mas de que a situação de “desconhecimento total” possa mudar. Mudar na medida que se preserve a esperança de que os antropólogos forenses possam devolver um corpo, ou de que alguém que passou pelos CCD possa dar novos dados sobre a passagem do desaparecido, ou, ainda, de que novamente os militares sejam julgados e, idealmente, encarcerados. Esta reversibilidade está por trás de cada relato, como uma navegação contra a corrente de representações da morte, mas também como formas estratégicas de demarcar violações dos direitos humanos, usando a eficácia dos laços primordiais, dos signos da vida privada no espaço público.

Constitui um jogo duplo provocado pelo desaparecimento que oscila entre a desagregação e a necessidade de uma nova síntese, que supõe a localização deste indivíduo, que já não está, em um novo mundo. Essa localização implica, entre outras coisas, na possibilidade de construir uma nova categoria social, cultural ou política. Isto exige tempo, posturas, aceitações, diferentes práticas e disputas que constantemente são reformuladas, e que, talvez, nunca encontrem o ponto final. Na realidade, diferentemente da morte, o desaparecimento tem em sua própria definição a necessidade de manter essa mesma categoria como estratégia contra o esquecimento e de atualização da denúncia.

Na Argentina contemporânea, o desaparecido passou a “existir” como uma noção de pessoa que, por ter surgido de um estado de terror impensável, é, até o presente, essencialmente paradoxal. Sua simples enunciação obriga a realizar uma passagem dos anos 70 até a atualidade e a mapear a posição de quem a emite. A complexa tensão deste campo de pontos de vista a transforma em uma noção de várias camadas e clivagens, que oscila em uma dualidade de idéias e sensações,

tais como a vida e a morte, o conhecido e o desconhecido, a luminosidade e a escuridão. Ao delimitá-la, os agentes apagam certas caracterizações e inventam outras, expressam uma mistura de emoções e afirmações políticas. Em tudo isto está enraizada a riqueza, o horror, a utilidade e a eficácia da palavra desaparecido.

No hay una idea clara de qué significa la desaparición, a quién abarca. Yo puedo pensar que, cuando empecé a buscar a mis hijos, ellos ya habían muerto. Sólo puedo pensar desde el sentido común, desde lo que tengo escrito. Pero a mí nadie me dijo, nadie me dio constancia de eso. Entonces, qué pasa, si yo socialmente acepto que ellos están muertos? Los estoy matando yo en mí interior, con lo cual los estoy matando dos veces. Si yo espero que alguien me diga lo que pasó, más allá de lo que mi razón dice, es otra cosa, porque entonces sí, si alguien me dice y me da pruebas, ahí, sí, yo puedo aceptar eso y empezar a hacer un duelo. Mientras esto no pase, lo que dice el sentido común, lo que dice mi razonamiento, no sirve. ¿Se entiende? (Elsa).

O desaparecimento dos corpos carregou consigo a expressão de uma nova morte-não morte, e colocou o corpo e sua busca como o *locus da dor*, como centro comum criador de solidariedades e ações entre os que sofrem. A tentativa de por fim a um período demasiado longo e profundo no tempo provoca uma série de sentimentos e ações, já que os familiares não têm um momento único para realizarem o culto da morte, mas tempos fragmentários, relacionados com momentos determinados pela esperança, a tristeza, a ilusão e os momentos históricos e políticos “da nação”.

As famílias que devem lidar com esta figura de desaparecido reclamam, a partir da nebulosa que é a palavra desaparecido: a falta do corpo, do luto, do lugar onde poder chorar os mortos, de um espaço e de um tempo de lembrança, de memória e de justiça, mas também preservam a categoria *desaparecido* como símbolo eficaz, como um referencial a partir do qual é possível se situar, se comunicar, unir o passado ao presente e transmitir memórias para o futuro, enfim, construir identidades coletivas.

Este jogo ambíguo oferece uma forma instituída que canaliza a dor, criando rituais alternativos de luto e formas familiares de apropriação, rejeição e participação. Ele dispõe esquemas para a leitura do passado, modelos de ação, e oferece um quadro de interpretações para se situar numa história familiar-nacional, e que possibilita definir modos de filiação e laços de pertencimento políticos e sociais. Reina resume estas sensações e posturas dizendo que,

Para mí, Diana está viva. Porque las flores del recuerdo no se apagan jamás. Sus palabras, alguien las va a tener siempre, porque no se borran, son de una tinta que tiene el color de la sangre, pero el amor de la vida!

## REFERÊNCIAS

ARENDETT, H. *Da Revolução*. São Paulo. Editora Ática & Editora UnB. 1990.

ARIÈS, P. *Essais sur l'histoire de la mort en Occident. Du Moyen Age à nos jours*. Paris, Éditions du Seuil, 1975.

\_\_\_\_\_. *O Homem diante da Morte*. Volumes I e II. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1982.

BLOCH, M. La mort et la conception de la personne In: *Terrain 20, La Mort*. Paris, Ministère de la Culture et de la Communication. Marzo de 1993.

BOLTANSKI, L. *L'amour et la Justice comme compétences. Trois essais de sociologie de l'action*. Paris. Éditios Métailié. 1990.

\_\_\_\_\_. *La Souffrance a Distance. Morale Humanitaire, Médias et Politique*. Paris. Editions Métailié. 1993.

BOURDIEU, P. La ilusão biográfica In: *Razones Prácticas*. Barcelona, Editorial Anagrama. 1997.

\_\_\_\_\_. *La domination masculine*. Paris. Seuil. 1998.

BOUSQUET, J. *Las locas de plaza de mayo*. Buenos Aires. Cid Editor. 1983.

BRUSA, C. et all. La memoria del *Proceso de Reorganización Nacional* y las jóvenes Generaciones. In: *Taller. Revista de Sociedad y Política*. Taller del Sur. v. 3, n. 6. Abril de 1998.

CATELA, L. Las memorias del horror: estilos y narrativas para comunicar el sufrimiento y el dolor por los desaparecidos en Argentina. In: *Comunicação & Política*. V.IV. Rio de Janeiro. Cebela. 1997.

\_\_\_\_\_. Sin cuerpo, sin tumba. Memorias sobre una muerte inconclusa In: *Historia Antropología y Fuentes Orales*. n. 20. Número especial sobre los *Traumas del siglo XX*. Barcelona, 1998.

\_\_\_\_\_. Em nome da pacificação nacional. Anistias, pontos finais e indultos no Cone Sul. In, *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Editora FGV. 2000.

\_\_\_\_\_. De eso no se habla. Cuestiones metodológicas sobre los límites y el silencio en entrevistas con familiares de desaparecidos políticos. In: *Anales da XI Conferencia Internacional de Historia Oral*. Estambul. 2000.

CONNERTON, P. *Como as sociedades recordam*. Lisboa, Cetal Editora, 1993.

CONTAMINE, P. Mourir pour la Patrie. X-XX siècle. In: *Les lieux de mémoire*. Paris. Gallimard. 1997.

CHAVES, G. et al. *Los del 73. Memoria Montonera*. La Plata. De la Campana. 1998.

DÉCHAUX, J. *Le souvenir des morts. Essai sur le lien de filiation*. Paris. PUF. 1997.

DIANA, M. *Mujeres Guerrilleras. La militancia de los setenta en el testimonio de sus protagonistas femeninas*. Buenos Aires. Planeta, 1996.

DUHALDE, E. *El estado terrorista argentino*. Buenos Aires. Argos/Vergara. 1983.

DUSSEL et al. *Haciendo memoria en el país del Nunca Más*. Buenos Aires. Eudeba. 1997.

ELIAS, N. *La soledad de los moribundos*. México, Fondo de Cultura Económica, 1989.

\_\_\_\_\_. *El proceso de la civilización*. México. Fondo de Cultura Económica. 1989.

\_\_\_\_\_. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1994.

\_\_\_\_\_. *Os alemães*. Río de Janeiro. Zahar Editores. 1998.

FAETA, F. La mort en images In: *La Mort*. Fabre-Vassas *et al.* Terrain. París. 20 mars, 1993.

FERRARI L. Nosotros no sabíamos. In *Revista Causas y Azares*. Buenos Aires. n. 2, 1995.

FILC, J. *Entre el parentesco y la política. Familia y dictadura, 1976-1983*. Buenos Aires. Editorial Biblos. 1997.

GEERTZ, C. *La interpretación de las culturas*. México, Gedisa. 1995.

GELMAN, J. et al. Ni el flaco perdón de Dios. Hijos de desaparecidos. Buenos Aires. Planeta. 1997.

GUBER, R. Antropólogos Nativos en Argentina. Análisis reflexivo de un incidente de campo In: *Revista de Antropología*. v. 39, n. 1. São Paulo. Universidade de São Paulo. 1996.

HALBWACHS, M. *A memoria coletiva*. Rio de Janeiro. Vértice. 1990 [1968]

HERTZ, R. Contribución a un estudio sobre la Representación Colectiva de la Muerte In: *La Muerte y la Mano Derecha*. Madrid, Alianza Universidad, 1990 [1917].

HERZFELD, M. *The social production of indifference*. Chicago and London. The University of Chicago Press. 1993.

JELIN, E. The politics of memory. The human rights movement and the construction of democracy in Argentina. In: *Latim American Perspectives*. v. 21. 1994.

KÔRÖSI, Z et al. Transmisión de experiencias en familias de los condenados políticos en la Hungría comunista In: *Historia, Antropología y Fuentes Orales*. n. 17, Barcelona. 1997.

- LAQUEUR, T. Corpos, detalhes e a narrativa humanitária. *A nova História Cultural*. São Paulo: Ed. Martins Fontes. 1992
- LEIS, H. *El movimiento de los derechos humanos*. Tomos I y II. Buenos Aires. Centro Editor de América Latina. 1989.
- MAUSS, M. A expressão obrigatória os sentimentos (rituais orais funerários australianos). In: *Ensaio de Sociologia*. São Paulo. Editora Perspectiva. 1981. [1921]
- MOORE, B. *Injustiça*. São Paulo. Brasiliense. 1987.
- MUXEL, A. *Individu et Mémoire Familiale*. Paris. Nathan. 1996.
- NAHOUM-GRAPPE. L'usage politique de la cruauté: l'épuration ethnique (ex Yougoslavie 1991-1995). In: *Séminaire de la Violence*. Paris. Editions Odile Jacob. 1996.
- NAMER, G. *Mémoire et Société*. Meridiens Klincksieck. Paris. 1987.
- NOSIGLIA, J. *Botin de Guerra*. Buenos Aires. Abuelas de Plaza de Mayo. 1986.
- OEXLE, O. A presença dos mortos. In: *Morte na Idade Média*. São Paulo, Edusp, 1996.
- POLLAK, M. *L'expérience concentrationnaire. essai sur le maintien de l'identité sociale*. Paris, Métailié, 1990.
- \_\_\_\_\_. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*, 10, p. 200-215. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. 1992.
- POLLAK, M.. *Une identité blessée*. Paris, Métailié, 1993.
- PORTELLI, A. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: *Usos & abusos da história oral*. Org. Ferreira e Amado. Rio de Janeiro. FGV. 1996.
- POUCHER, Y. La fouille des champs d'honneur. La sépulture des soldats de 14-18. In: *La Mort*. Fabre-Vassas et all. Terrain. Paris. 20 mars, 1993.

ROBBEN, A. Seduction and Persuasion. The politics of truth and emotion among victims and perpetrators of violence. In: *Fieldwork under fire. Contemporary studies of violence and survival*. Edited by Nordstrom and Robben. Berkeley. University of California Press. 1995.

SALAMA, M. *Tumbas Anónimas. Informe sobre la identificación de restos de víctimas de la represión ilegal*. Buenos Aires, Catálogos Editora, 1992.

SCHMUCLER, H. Ni siquiera un rostro donde la muerte hubiera podido estampar su sello. In: *Confines*, 3. Revista de la Universidad de Buenos Aires. Buenos Aires, La Marca., año 2, n. 3, septiembre de 1996.

SEOANE, M y Núñez, H. *La noche de los lápices*. Buenos Aires. Planeta, 1992.

STURKEN, M. *Tangled memories. The Vietnam War, the AIDS Epidemic and the Politics of Remembering*. Los Angeles. University of California Press. 1996.

TURNER, V. *La selva de los símbolos*. Madrid. Siglo Veintiuno Editores. 1990.

## **JORNAIS, REVISTAS, PUBLICAÇÕES OFICIAIS**

1994-1999. Jornais *Página 12*, *Clarín* e *La Nación*.

1997-1998. *Revista de HIJOS*.

## **INFORMES E DOCUMENTOS**

Documentos. Historia de las Abuelas de Plaza de Mayo. Buenos Aires. *Página 12*. 1997.

Documentos. Historia de las Madres de Plaza de Mayo. Buenos Aires. *Página 12*. 1997.

S/F. Informe. *No Habrá Manto de Olvido*. La Plata. La Plata.

Informe. *Nunca Más. Informe de la Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas*. Buenos Aires. EUDEBA. 1986.

## FOTOS

*Democracia Vigilada*. Fotógrafos Argentinos. Prólogo de Miguel Bonasso. 1988.

*Jornal Página/12*, arquivos particulares e trabalho de campo.

## NOTAS

- <sup>1</sup> Os números sobre os desaparecidos apresentam variantes e cristalizam disputas. Oficialmente são reconhecidos 8.960 desaparecidos, registrados pela *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* -CONADEP-, 15 mil são denunciados por *Amnesty Internacional* e 30 mil defendidos pelos organismos de defesa dos direitos humanos de Argentina.
- <sup>2</sup> “*Apropiados*” é a palavra utilizada para enunciar o roubo de crianças nascidas em cativeiro ou seqüestradas junto com seus pais. “Apropiador” é o nome que se dá aos militares ou civis que subtraíram a criança. Esta palavra, forte e com referência imediata ao regime militar, está construída para distinguir uma adoção legal de uma adoção ilegal, como foi a maioria dos casos registrados. Daqui em diante utilizarei a palavra em castelhano e em itálico.
- <sup>3</sup> A história dos organismos de direitos humanos que atuaram durante a ditadura militar pode ser lida em Leis (1989). Para uma análise sobre a história desse “movimento” de direitos humanos, ver Jelin (1994). Também podem ser consultadas as *homes pages* de cada organismo.
- <sup>4</sup> Nos caminhos para marcar identidades, aqueles símbolos que indicam “substância comum” passam a se constituir como símbolos altamente eficazes. Os laços de sangue e as metáforas de parentesco são manipuladas como poderosos meios emotivos pelos diferentes grupos, como meios de associação ou como marcadores dos limites inclusivos ou excludentes no processo de construção de identidade e de resolução de conflitos dentro das fronteiras nacionais. No caso argentino, as figuras das Madres de Plaza de Mayo, Abuelas de Plaza de Mayo, Familiares foram o início da delimitação de fronteiras entre os que eram e os que não eram “família”, o que atualmente é revitalizado por Hijos e Hermanos. A idéia de substância comum é trabalhada a partir dos conceitos de Geertz (1995), quando propõe os laços primordiais como “as igualdades de sangue, fala, costumes que se experimentam como vínculos inefáveis, vigorosos e obrigatórios em si mesmos (...) A força geral destes laços primordiais e os tipos importantes destes laços variam segundo as pessoas, segundo as sociedades e segundo as épocas. Mas virtualmente para qualquer pessoa de qualquer sociedade e em quase qualquer época alguns apegos e adesões parecem se dever mais a um sentido de afinidade natural – alguns

diriam espiritual – que à interação social” (p. 222). E do trabalho sobre *The social production of indifference*, onde Herzfeld propõe que “o simbolismo do sangue é um recipiente semântico vazio, capaz de ser preenchido com uma variedade de mensagens ideológicas” (1993, p. 27). Em todos os momentos de reatualização do conflito em torno dos desaparecidos, estas figuras servem aos diferentes grupos como portadoras de mensagens que, utilizadas como um código, são “fáceis de interpretar” e eficazes na construção de lealdades.

- <sup>5</sup> Com o restabelecimento do regime democrático surgiu outra gama de organismos de direitos humanos, que vêm trabalhando fundamentalmente em torno da violência policial e política: *Coordinadora Contra la Represión Policial e Institucional* (Correpi) (1992), *Comisión de Familiares de Víctimas Indefensas de la Violencia Social Policial-Judicial-Institucional* (Cofavi) (1992), *Memoria Activa* (nascida depois do atentado à *Asociación Mutual Israelita Argentina* (AMIA), em 1994), dentre outros.
- <sup>6</sup> Que são reiteradas ano a ano no calendário pelos direitos humanos, que começa em 24 de março, com o repúdio ao golpe militar e culmina em 10 de dezembro, dia internacional dos direitos humanos.
- <sup>7</sup> Na Argentina em 1985 as cúpulas militares foram julgadas e condenadas. Logo foram “perdoadas” em três instâncias diferentes a partir do Ponto Final (1986), Obediência Devida (1987) e o Indulto (1989-1990). Para uma análise sobre as anistias ver Catela (2000).
- <sup>8</sup> Localizada a 65Km da cidade de Buenos Aires, La Plata é a capital da Província de Buenos Aires. Durante a ditadura militar foi uma das cidades mais castigadas pela repressão, dirigida principalmente contra estudantes e operários da região. Os dados das organizações de direitos humanos indicam que pelo menos 2.000 pessoas desapareceram em La Plata e cidades vizinhas. Outros dados afirmam que os desaparecimentos na cidade foram em torno de 600. Destes, 82% tinha menos de 30 anos no momento do seqüestro e, do total dos casos denunciados, 67% dos detentos eram homens. Durante meu trabalho de campo entrevistei 30 familiares. Nas entrevistas, procurei mapear diferenças de gênero, geração e classe social. Também entrevistei amigos e companheiros dos desaparecidos. Participei dos rituais anuais de comemorações e denúncia. A fotografia acompanhou todo o trabalho de campo. Para uma reflexão sobre o trabalho de campo, pode-se consultar Catela (2000).
- <sup>9</sup> A diferença entre a busca de informação e a denúncia é entendida, a partir de Boltanski (1990), no sentido de que a segunda implica um trabalho de constituição de um “problema” e, conseqüentemente, sua instalação no “debate público”, na “opinião pública”. Enquanto isso, a busca de informação pode ser uma atividade solitária ou grupal não necessariamente visível. Quando se “torna visível” e agrupa diversos níveis e atores, esta busca é sintetizada em denúncia e passa a ser construída a partir da idéia de que é de “interesse geral”, porque de uma maneira ou outra envolve a todos, cidadãos, vizinhos, etc. Uma forma e outra não são excludentes, convivem e se complementam.
- <sup>10</sup> Autores como Ariès (1975;1982), Vovelle (1990), Elias (1989), Thomas

(1989), Pollak (1990) e Bloch (1993) trabalham estas questões em diversos momentos históricos e culturais.

- <sup>11</sup> León Ferrari (1995) realizou um trabalho em torno da modificação desta categoria tão utilizada durante a ditadura, *“por algo habrá sido”*. O autor demonstra como, com o retorno da democracia, esta frase se converteu em: *“yo no sabía nada”* (eu não sabia de nada).
- <sup>12</sup> Hebe María Pastor de Bonafini, conhecida como “Hebe” ou “Hebe Bonafini”, é presidente das Madres de Plaza de Mayo desde 1979, e foi uma de suas fundadoras em 1977. Antes que Hebe assumisse como presidente, quem ocupava este lugar era Azucena Villaflor. Azucena foi seqüestrada e desaparecida em 8 de dezembro de 1977. Hebe de Bonafini é oriunda de La Plata, nasceu em 4 de dezembro de 1928, era dona de casa e teve três filhos (dois homens e uma mulher). Jorge Omar Bonafini, 26 anos, desapareceu em La Plata, em 8 de fevereiro de 1977. Raúl Alfredo Bonafini, 24 anos, foi seqüestrado-desaparecido em Berazategui, em 6 de dezembro de 1977. Hebe é uma figura polêmica dentro do movimento de direitos humanos, por suas posturas “intransigentes” em relação a todos os temas sobre os desaparecidos (opõe-se às exumações, às indenizações, à identificação individual com nome e foto de cada desaparecido, etc.). Mas, sem dúvida, é o personagem mais conhecido tanto interna quanto internacionalmente. Atualmente, a organização Madres de Plaza de Mayo, com sede em Buenos Aires, gira em torno dela, que monopoliza a palavra tanto em discursos quanto em escritos, tanto em atos quanto em decisões a respeito de que coisas se deve apoiar ou rejeitar. Suas participações não se limitam ao tema dos desaparecidos. Intervém e participa de todo tipo de ato reivindicatório, desde o apoio a comunidades indígenas à intervenção em conflitos como os da Embaixada Japonesa, em Lima, Peru, em 1996. Em 1986, as Madres têm sua primeira grande ruptura e se dividem em duas organizações. Ambas levam o nome Madres de Plaza de Mayo, sendo que uma delas agregou a ele a frase Linha Fundadora, tendo como presidente Nora Cortiñas. Vinte anos depois do golpe, Hebe foi um farol importante na consolidação de uma nova versão dos organismos de direitos humanos baseados nos laços de sangue. Os Filhos foram até ela em busca de conselhos e caminhos a seguir.
- <sup>13</sup> Estas referências podem ser encontradas na *home page* das Madres e Documentos, *Historia de las Madres de Plaza de Mayo* (1997)
- <sup>14</sup> Para uma análise detalhada sobre o tema da piedade e da compaixão pode-se consultar Arendt, (1990) e Boltanski, (1993).
- <sup>15</sup> A Equipe Argentina de Antropologia Forense, organização não-governamental, por meio de exumações arqueológicas de restos ósseos e da análise de material recuperado, identifica as vítimas, determina as causas e a forma da morte, e devolve os restos aos familiares para que estes os coloquem em sepulturas. É necessário esclarecer que, dentro da Argentina, a Equipe empreende trabalhos majoritariamente relacionados às violações dos direitos humanos da última ditadura militar.
- <sup>16</sup> Faz referência a Hebe de Bonafini, que não está de acordo com as

exumações dos cadáveres dos desaparecidos.

- <sup>17</sup> N.N. Signo com que se preenche, em um formulário, o nome próprio de uma pessoa que não é conhecida ou que não se quer expressar. Significa *néscio*, “não sei”, do verbo *nescire*, ignorar. Enciclopédia Quillet. Citado em Salama (1992).
- <sup>18</sup> Delia está se referindo ao enfrentamento entre o ERP – Ejército Revolucionario del Pueblo – e as Forças Armadas argentinas durante o “Operativo Independencia”, em 1975.
- <sup>19</sup> Um trabalho interessante seria comparar os discursos que a FAMUS realiza em torno da família. Um dos argumentos que mais enfatizam em suas aparições públicas está relacionado justamente à imagem que as mães de desaparecidos constroem sobre seus filhos. Uma frase sempre repetida é: “Querem nos fazer crer que eram todos uns anjinhos”.
- <sup>20</sup> A maioria das valas comuns conhecidas estão localizadas dentro dos cemitérios. A de Avellaneda, por exemplo, uma das mais conhecidas, tinha 350 cadáveres. No cemitério de La Plata chegaram a existir 500 túmulos N.N., mas nunca se soube nem se investigou se todos correspondem a desaparecidos durante a ditadura. Um trabalho exemplar em relação às “tumbas anônimas” pode ser visto em Salama (1992), que analisa intensamente o trabalho da Equipe Argentina de Antropologia Forense.
- <sup>21</sup> Esta é uma diferença fundamental entre os desaparecidos e mortos durante uma guerra, onde geralmente o Estado tem a “obrigação” de informar aos familiares e à sociedade o destino daqueles que se “sacrificaram” por eles e pela Pátria. Para uma análise substantiva sobre os mortos durante a primeira guerra mundial, ver o trabalho de Yves Pourcher (1993).
- <sup>22</sup> Documentos, 1997. “Nuestras consignas” na *home page* das Madres.
- <sup>23</sup> Os trabalhos que analisam as representações sobre a morte – Ariès (1975;1982), Bloch (1993), Elias (1989), Hertz (2000), Oexle (1996) – fazem sempre uma distinção polar entre o que é considerado uma “boa” e uma “má” morte. A primeira é relacionada com a morte no final da vida, causada pela velhice. A segunda está associada às mortes violentas, prematuras, inesperadas.
- <sup>24</sup> Faeta (1993) analisa o uso das fotografias no corpo das mulheres em várias regiões da Itália.
- <sup>25</sup> Tive oportunidade de observar este ritual em diferentes âmbitos: nas rondas da Praça San Martín, nas mobilizações, em atos públicos nas universidades, no lançamento de um livro.
- <sup>26</sup> Esta diferença de dias teve como origem o fato de que grande parte das mães platenses marchavam às quartas-feiras em La Plata e às quintas em Buenos Aires.
- <sup>27</sup> Acompanhando Turner (1990), distinguimos nos símbolos uma característica essencial, a *condensação*: coisas e ações representadas numa só formação. Desta maneira, podem-se distinguir dois pólos que conformam um símbolo: o *ideológico* e o *sensorial*. Segundo este autor, o

pólo sensorial concentra desejos e sentimentos, enquanto o ideológico faz o mesmo em relação a normas e valores que guiam e controlam as pessoas como membros dos grupos e das categorias sociais. Estes dois pólos trabalham em uma engrenagem que faz com que as normas e os valores sejam carregados com emoção, “enquanto as emoções básicas são enobrecidas através do contato com os valores sociais” (p. 33). A condensação e a atividade destes pólos fazem com que se considere os símbolos como meios que instigam a ação. Turner diz que se pode chamá-los de “força”, na medida que são “influências determináveis que induzem as pessoas e os grupos à ação” (p.40). Este autor nos diz, em síntese, que um símbolo é uma marca, uma senha que conecta o desconhecido ao conhecido. Podemos acrescentar, além disso, que um símbolo, para se constituir enquanto tal, deve manter uma constância ao longo do tempo, ser pluridimensional, e comportar, ou potencialmente indicar ou ter, uma ação pedagógica. Podemos complementar esta idéia a partir de Geertz (1991, p. 170), para quem um símbolo é tudo o que descreve, representa, rotula, indica, evoca, etc. Assim, *“argumentos, melodias, fórmulas, mapas e retratos não são idealidades a serem plasmadas, mas sim textos a serem lidos.”*

- <sup>28</sup> É importante esclarecer que mesmo com as rupturas, discussões e formação de novos grupos, como Madres de Plaza de Mayo-Línea Fundadora, o lenço continua sendo usado por todas, sem exceção.
- <sup>29</sup> Com suporte de memória é nomeado um objeto que serve para “transportar” eventos e informar “economicamente”, sem necessidade de explicação sobre seu conteúdo a uma mesma comunidade (de bairros, nacional, religiosa, etc.). Neste sentido, por exemplo, uma foto, em si mesma, não seria um suporte de memória no sentido que está sendo utilizado aqui, mas sim uma ferramenta que ajuda ou estimula a memória.
- <sup>30</sup> O elevado número de desaparecidos jovens, representado nos suportes de memória, coincide com as estatísticas da APDH e do Informe do Nunca Mais, que afirmam que 80% tinham, no momento do desaparecimento, entre 16 e 35 anos.
- <sup>31</sup> Como assinala Bourdieu (1997), um ponto de vista é uma visão cuja perspectiva depende do ponto a partir do qual ela se cria, isto é, de uma posição específica em um espaço de posições e relações de interdependência.
- <sup>32</sup> O Estado argentino distribui um folheto informativo que, sob o escudo da nação, enuncia: “Política Reparatória do Estado Nacional”. Tal folheto, realizado em papel cartolina, em branco e azul, tem em seu interior a descrição de leis e outras ações levadas a cabo em relação às conseqüências da repressão do Estado durante e antes da ditadura militar. São sete itens, cada um explicado separadamente: o decreto 70 “repara economicamente as pessoas que foram privadas ilegítimamente de sua liberdade durante a ditadura militar passada”; a Lei 24.043 “prevê a reparação das pessoas que estiveram detidas à disposição do Poder Executivo Nacional – P. E.N.”; a Lei 24.321 “cria a figura de ausente por desaparecimento forçado”; a Lei 24.411 “estabelece reparação econômica

aos familiares de pessoas desaparecidas ou mortas como consequência do aparelho repressivo”; a Comissão Nacional de Direito à Identidade tem por objetivo “detectar o paradeiro dos menores desaparecidos durante a ditadura militar passada”; o Arquivo da Conadep está depositado e é mantido pela Subsecretaria de Direitos Humanos; e o Registro de Desaparecidos e Falecidos - REDEFA foi criado na medida que os requerimentos comprobatórios para ter acesso aos benefícios das leis reparatórias exigiam que se formalizasse a denúncia de desaparecimento. Este registro funciona de forma complementar e independente dos arquivos da Conadep.

- <sup>33</sup> A lei define, no Artigo 2, a ausência por desaparecimento forçado nos seguintes termos: “Entende-se por desaparecimento forçado de pessoas quando se tiver privado alguém de sua liberdade pessoal e o fato tenha sido seguido do desaparecimento da vítima, ou se esta tiver sido alojada em lugares clandestinos de detenção, ou privada, sob qualquer forma, do direito à jurisdição”. No Artigo 8, afirma-se que, “em caso de reaparecimento com vida do ausente, este pode reclamar a entrega de bens que existam e no estado em que se achem, os adquiridos com o valor dos que faltarem (...) O reaparecimento não causará por si só a anulação do novo matrimônio nem de nenhum ato jurídico que tenha sido celebrado conforme o direito”. Já no Artigo 10, a lei esclarece que todo trâmite que tenha sido realizado com a figura de “ausência com presunção de falecimento” pode ser “convertido em ausência por desaparecimento forçado. Uma vez verificado o desaparecimento forçado, o juiz ordenará sem mais trâmites o ofício modificador da sentença”. Estes trechos marcam e cristalizam alguns dos pontos de conflito, assim como as marcas de identidade que a categoria de desaparecido imprime.